



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Isabela Brandes Horliana

**“DA MORAL AOS BONS COSTUMES”**: As Ferramentas Discursivas Institucionais  
Neoconservadoras das políticas educacionais do Brasil

Florianópolis  
2023

**Isabela Brandes Horliana**

**“DA MORAL AOS BONS COSTUMES”**: As Ferramentas Discursivas Institucionais  
Neoconservadoras das políticas educacionais do Brasil

**Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.**

**Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl**

Florianópolis - SC  
2023

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Graduação Automática da Biblioteca Universitária da UFSC**

Horliana, Isabela Brandes

“DA MORAL AOS BONS COSTUMES”: As Ferramentas Discursivas  
Institucionais Neoconservadoras das políticas educacionais do  
Brasil / Isabela Brandes Horliana ; orientador, Ernesto Seidl,  
2023.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Neoconservadorismo. 3. Políticas  
educacionais . 4. Educação brasileira. I. Seidl, Ernesto. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências  
Sociais. III. Título.

Isabela Brandes Horliana

**Título: “DA MORAL AOS BONS COSTUMES”:** As Ferramentas Discursivas  
Institucionais Neoconservadoras das políticas educacionais do Brasil

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Florianópolis, 18 de Setembro de 2023.

---

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
Orientador - UFSC

---

Prof. Dr. Tiago Daher Borges  
Avaliador - UFSC

---

Prof. Me. Jefferson da Silva Santos  
Avaliador - UFSC

## Agradecimentos

Considero que na vida, o sucesso é medido pelas conquistas de coisas que um dia desejamos, apesar de estarem distantes. Quando era criança, me imaginava recebendo meu capelo de formatura. E aqui estou, prestes a realizar esse sonho. Sim, eu alcancei o sucesso! Mas eu jamais teria chegado até aqui sozinha. Por isso, agradeço a todos que estiveram ao meu lado nessa jornada. Foram momentos desafiadores, mas posso afirmar que aproveitei cada instante deles com a maior felicidade. Agradeço a minha mãe, Silvana Brandes, a mulher mais forte, admirável e incrível que já conheci, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando financeiramente e emocionalmente. Obrigada pelas risadas, pelas viagens, pelos abraços e principalmente por confiar no meu potencial e permitir que meus sonhos se tornassem realidade. Você me ensinou ainda cedo que a vida é repleta de surpresas, momentos incríveis e que ela deve ser vivida de maneira leve, e sempre rodeada de muitos amigos.

E mãe, eu segui seu conselho! Talvez não viva de uma forma tão leve assim, e me cobre bastante em algumas atividades, mas o tempo está mostrando que vale a pena! Quanto a estar rodeada de amigos, esse conselho sim, eu segui a risca! Por isso, agradeço a todos os meus amigos que fizeram parte da minha jornada. Agradeço aos que estão comigo todos os dias, aos que um dia estiveram, mas a vida nos distanciou, aos que eu mal vejo, mas sei que posso contar. Obrigada por partilharem a vida comigo, por acreditarem no meu sucesso, pelos momentos de loucura, de carinho, de confiança e de lealdade. Minha existência faz mais sentido com vocês ao meu lado.

Agradeço especialmente ao meu melhor amigo, que eu tanto admiro, Júlio César Milli, ao meu companheiro e parceiro de vida André Pagani, minha amiga que sinto tanta falta Eduarda Milan e meus amigos de graduação que compartilharam essa jornada comigo, Eduarda Rodriguez e Leonardo Borba. Saibam que vocês são muito especiais pra mim e a cada um meu eterno amor e gratidão.

Agradeço ainda ao meu orientador Prof. Dr. Ernesto Seidl, pela atenção e disponibilidade, e à minha banca, composta pelos queridos e admiráveis Prof. Dr. Tiago Borges e meu querido amigo Pro. Me. Jefferson Silva, vocês são uma inspiração pra mim. Por fim, minha gratidão pela oportunidade de estudar nesta Instituição, a qual me deu tantas oportunidades! Foi aqui que realizei meu primeiro estágio, aprendi uma terceira língua, conquistei bolsa de Iniciação Científica, realizei um intercâmbio virtual e passei no meu primeiro concurso. Foram cinco anos de luta, mas de muita recompensa. Este trabalho, conclui um ciclo lindo, de ótimas memórias, lembranças e loucuras. Enfim, a vida universitária é boa demais. E a esta, não digo um adeus, mas sim um até breve. A Licenciatura foi concluída, agora, rumo ao Bacharelado e à infinita vida acadêmica!

Eterno amor e gratidão a todos vocês, e obrigada por fazerem parte da construção do meu sucesso!

## RESUMO

No presente trabalho, objetiva-se investigar e caracterizar o papel das ferramentas de institucionalização do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. Isso porque, há indicativos de uma crescente onda neoconservadora no Brasil e no mundo, baseadas no neoliberalismo, conservadorismo e fundamentalismo religioso. Essa onda ameaça os ideais de liberdade, pluralidade e diversidade, elementos norteadores de uma educação crítica e libertadora. Para caracterizar essas ferramentas, foi realizada uma contextualização da origem e ascensão do neoconservadorismo, estabelecendo relações entre o neoconservadorismo dos Estados Unidos e do Brasil, haja vista a gênese desse movimento no contexto estadunidense e diversos comparativos sinalizados pela literatura. Ao identificar as principais características e influências do neoconservadorismo, buscou-se por políticos de relevância política, midiática e social que representam o discurso neoconservador das políticas educacionais brasileiras. Dessa forma, foi realizado um levantamento nas redes sociais, por meio das quais obteve-se as informações para análise. Essas informações foram analisadas com base na ferramenta metodológica da Análise Textual Discursiva (ATD), na qual o neoconservadorismo foi assumido enquanto categoria analítica central. Da base moralista, religiosa e anti-comunista do neoconservadorismo, foram destacadas duas vertentes, constituindo as subcategorias de “ideologia de gênero” e “doutrinação marxista”. Da análise discursiva, emergiram mais duas categorias, sendo elas o “*Homeschooling*’: a Moral vem de casa” e as “Escolas cívico-militar”: do menor Estado à maior Disciplina”. Pela análise discursiva, todas as subcategorias foram identificadas enquanto ferramentas discursivas institucionais com forte influência nas políticas educacionais, constituindo uma base da defesa de uma educação conservadora, que se mostra “liberal na economia e conservadora nos valores”. Com isso, pode-se planejar alternativas para reestruturação de um modelo de educação democrático e libertador que se contraponha à ferramentas de manipulação dos discursos.

**Palavras-chave:** neoconservadorismo; políticas educacionais; ferramentas discursivas institucionais; educação;

## ABSTRACT

In the present work, the aim is to characterize and investigate the role of neoconservatism institutionalization tools in Brazilian educational policies. This is because there are indications of a growing neoconservative wave in Brazil and around the world, based on neoliberalism, conservatism, and religious fundamentalism. This wave threatens the ideals of freedom, plurality, and diversity, which are guiding principles of critical and liberating education. To characterize these tools, a contextualization of the origin and rise of neoconservatism was performed, establishing connections between neoconservatism in the United States and Brazil, considering the genesis of this movement in the American context and various comparisons highlighted in the literature. By identifying the main characteristics and influences of neoconservatism, the study sought out politicians of political, media, and social relevance who represent the neoconservative discourse in Brazilian educational policies. To do so, a survey was conducted on social media platforms, from which information for analysis was obtained. This information was analyzed using the methodological tool of Discursive Textual Analysis (DTA), in which neoconservatism was assumed as the central analytical category. From the moralistic, religious, and anti-communist foundation of neoconservatism, two strands were highlighted, constituting the subcategories of "gender ideology" and "Marxist indoctrination". From the discursive analysis, two more categories emerged, namely "Homeschooling: Morality starts at home" and "Civic-Military School: From a Smaller State to Greater Discipline." Through discursive analysis, all subcategories were identified as institutional discursive tools with a strong influence on educational policies, forming a foundation for the defense of conservative education that is "liberal in the economy and conservative in values." In this way, alternatives can be planned for the restructuring of a democratic and liberating education model that opposes the manipulation of discourses through these tools.

**Keywords:** neoconservatism; educational policies; institutional discursive tools; education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. NEOCONSERVADORISMO: A UNIÃO CONTROVERSA DO LIBERALISMO ECONÔMICO E CONSERVADORISMO MORAL.....</b>	<b>11</b>
1.1. Origem e ascensão do neoconservadorismo.....	11
1.2 O Neoconservadorismo no Brasil: deus acima de tudo e a Moral acima de todos.....	16
1.3 A projeção do neoconservadorismo nas políticas educacionais: a neutralidade enviesada.....	22
<b>2. CAMINHOS METODOLÓGICOS: DA FORMAÇÃO DO SUJEITO À FORMULAÇÃO DISCURSIVA.....</b>	<b>32</b>
2.1 Caminhos metodológicos: Análise Textual Discursiva.....	32
2.2 Da formação do sujeito à formulação discursiva.....	36
2.2.1 Ana Campagnolo.....	36
2.2.2 Magno Malta.....	39
2.2.3 Marco Feliciano.....	40
<b>3. FERRAMENTAS DISCURSIVAS INSTITUCIONAIS: OS MEIOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....</b>	<b>43</b>
3.1 As redes sociais como meio de propagação do pensamento neoconservador.....	43
3.2 O combate a “Ideologia de Gênero”: o silenciamento da pluralidade.....	46
3.3. Um espectro ronda a educação - o espectro da “Doutrinação marxista”.....	53
3.4. Mudança de paradigma: do direito à educação ao direito na educação.....	60
3.4.1 Homeschooling: a Moral vem de casa.....	60
3.4.2 Escola cívico-militar: do menor Estado à maior Disciplina.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

O fenômeno do neoconservadorismo, esteve presente em diversos países do mundo nos últimos anos, reverberando sua influência nos âmbitos político e social. Compreende-se que o neoconservadorismo é uma corrente política que resulta da fusão dos valores do conservadorismo com os princípios do neoliberalismo (Moll, 2010). O conservadorismo enfatiza a tradição, a hierarquia, a autoridade e instituições como a igreja e a família patriarcal, enquanto o neoliberalismo prega a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo e a meritocracia.

Essa corrente política surge nos países europeus como um movimento intelectual no período da Guerra Fria, e se expandiu como um movimento político ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, o presidente Ronald Reagan, eleito em 1980, consolidou o neoconservadorismo (Lacerda, 2019), influenciando políticas em diversos países. Anos depois, com a eleição de Donald Trump em 2016, os discursos e políticas neoconservadoras tomaram ainda mais força no cenário norte-americano. No Brasil, essa ideologia ganhou relevância a partir de 2010, impulsionada por fatores como escândalos de corrupção, crise econômica, desigualdade social e desconfiança política (Miguel, 2016). Com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, intensificou-se e legitimou as políticas neoconservadoras, e seu discurso anti-democrático e religioso deu voz a outros parlamentares que o apoiam. As constantes e nítidas semelhanças que ocorrem entre os dois países, podem ser notadas também no contexto educacional.

Esta onda neoconservadora, reflete na economia, abordando os princípios neoliberais, meritocráticos e individualistas, além de buscar desconstruir os avanços alcançados pelas políticas de Bem-Estar Social. Já no contexto político e social, o ideal neoconservador, caracterizado pela moral, pela religião e pelo tradicionalismo vai de encontro às conquistas de movimentos progressistas como o feminismo e a luta LGTQIAP+, que após anos constituídas como marginalizadas, ganham pouco a pouco, o direito de sua existência (Lacerda, 2019). Desta maneira o neoconservadorismo ameaça a liberdade, diversidade e pluralidade, através da imposição de verdades divinas inquestionáveis e do respeito à “família tradicional”, silenciando grupos que ganharam notoriedade nos últimos anos, com o pretexto de que estes violam os “verdadeiros valores” e a ordem social.

Nesse sentido, a educação se torna um meio de disputa entre os grupos antagônicos: progressistas e neoconservadores, visto sua capacidade transformadora e potencializadora do

desenvolvimento humano. Enquanto os primeiros prezam por uma educação libertadora<sup>1</sup> e democrática, os segundos vêem na educação uma maneira de conservar a ordem social e direcionar os jovens para o “bom caminho”. Assim, para afirmar seu ponto de vista e defender a moral, manifesta-se, por parte de figuras neoconservadoras, discursos contra a "ideologia de gênero" e a “doutrinação marxista” nas escolas.

A exemplo dessa ideologia, pode-se destacar o movimento "Escola Sem Partido" (ESP), considerado um precursor nessa política, que visa combater a suposta doutrinação ideológica nas escolas e se alinha ao fundamentalismo religioso, anticomunismo e libertarianismo. O movimento ganhou destaque ao abordar a "ideologia de gênero" e a “doutrinação marxista”, como estratégia para unir conservadores e reforçar uma moral sexual convencional (Miguel, 2016). Após a criação deste movimento, que posteriormente se tornou um projeto, pode-se observar outras movimentações no campo educacional de cunho neoconservador, como a formação da nova BNCC e a Reforma do Ensino Médio.

Partindo deste pressuposto, questiona-se: Como se caracteriza o papel das ferramentas de institucionalização do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras? Como a manipulação discursiva influencia na construção de uma educação opressora e conservadora?

Para isso, à luz das ideias do teórico educacional norte-americano Michael W. Apple, pode-se traçar um paralelo e identificar as ideologias neoconservadoras tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Em contraponto, autores como Barroco (2013, 2015, 2022), Lacerda (2019), Miguel (2016), e Macedo (2017), auxiliam na caracterização dos ideais neoconservadores no Brasil, apontando suas principais características e formas de organização em relação as políticas educacionais. Mediante isso, a presente pesquisa tem por objetivos geral e específicos:

#### Objetivo Geral

Investigar e caracterizar o papel das ferramentas de institucionalização do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras.

#### Objetivos Específicos

- Estabelecer relações entre o neoconservadorismo dos Estados Unidos e do Brasil;
- Identificar as principais características e influências do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras;

---

<sup>1</sup> Conceito Freireano que compreende que a educação tem por princípio a certeza de que a educação é um ato político, de construção do conhecimento e de criação de outra sociedade – mais ética, mais justa, mais humana, mais solidária.

- Identificar parlamentares de relevância política e midiática que possuam um discurso neoconservador e influenciem nas políticas educacionais brasileiras;
- Caracterizar no discurso dos políticos analisados as ferramentas de institucionalização do neoconservadorismo das políticas educacionais brasileiras;
- Investigar o papel das ferramentas de institucionalização do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras.

Com a finalidade de observar como o neoconservadorismo se faz presente nos discursos dos parlamentares brasileiros com influência em políticas educacionais, a metodologia utilizada neste trabalho é a Análise Textual Discursiva (ATD). Esta é uma abordagem sistemática que investiga características linguísticas, estruturais e contextuais dos materiais selecionados, identificando padrões e estratégias discursivas. O processo da ATD consiste em três etapas: desconstrução dos textos em unidades de análise, categorização dessas unidades e construção de metatextos que descrevem e interpretam os fenômenos investigados. Na análise, o neoconservadorismo (Lacerda, 2019) (Miguel, 2016), (Macedo, 2017) é a categoria analítica central, enquanto a “ideologia de gênero”, a doutrinação marxista”, o “*Homeschooling*’: a Moral vem de casa” e as “Escola cívico-militar: do menor Estado à maior Disciplina” são as subcategorias, sendo as duas últimas desenvolvidas como categorias emergentes.

Dessa forma, esse trabalho é estruturado em três capítulos. O primeiro busca abordar a origem do neoconservadorismo e um panorama geral sobre sua expansão no Brasil e no mundo, bem como realizar uma breve contextualização sobre as políticas educacionais brasileiras que possuem um cunho conservador. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia utilizada como ferramenta, e os sujeitos da pesquisa. Já no terceiro capítulo, a análise é realizada, na qual todas as subcategorias foram identificadas enquanto ferramentas discursivas institucionais com forte influência nas políticas educacionais, constituindo uma base da defesa de uma educação conservadora, que se mostra “liberal na economia e conservadora nos valores”.

# 1. NEOCONSERVADORISMO: A UNIÃO CONTROVERSA DO LIBERALISMO ECONÔMICO E CONSERVADORISMO MORAL

## 1.1. Origem e ascensão do neoconservadorismo

Para compreendermos o neoconservadorismo, sua ascensão e destaque nos últimos anos, no campo político e social, precisamos inicialmente compreender o pensamento que o originou: o conservadorismo. O conservadorismo é um movimento intelectual, filosófico, político e ideológico que se fundamenta na preservação e valorização das tradições, instituições e valores culturais estabelecidos ao longo do tempo. Tem como princípio básico a crença de que a ordem social, política e cultural evoluiu gradualmente e deve ser mantida, respeitando-se a sabedoria acumulada pelas gerações anteriores.

Um dos principais fundadores do conservadorismo moderno, foi o pensador político e filósofo irlandês Emanuel Burke (1729-1797). Em sua obra "Reflexões sobre a Revolução na França" (1790), Burke criticou fortemente a Revolução Francesa e suas tentativas de reformar abruptamente a sociedade, argumentando que as instituições e tradições acumuladas continham a sabedoria das gerações passadas, devendo ser respeitadas e protegidas. Para o autor, a sociedade é um organismo complexo e orgânico que evolui gradualmente, de modo que defendia que qualquer mudança nas instituições sociais deveria ser feita com cautela, uma vez que alterações radicais poderiam levar ao caos e à destruição da ordem social.

Burke valorizava a noção de que as pessoas têm um senso de identidade e pertencimento que está enraizado em suas tradições culturais, religiosas e sociais. Dessa forma, considerava que a mudança drástica poderia levar à ruptura dessa coesão e à alienação das pessoas de suas raízes culturais e históricas. Como movimento político, o conservadorismo, além de estar em torno do partido da Restauração na França pós-revolucionária, esteve presente também em outros partidos na modernidade europeia.

Samuel Huntington (1927-2008), cientista político norte-americano, baseado nas ideias de Burke, publicou um ensaio em 1957 no qual o autor organiza as diferentes concepções sobre o pensamento político conservador. De acordo com ele, são três as teorias sobre o conservadorismo, sendo elas a aristocrática, a autônoma e a situacional. Neste trabalho, será considerada a teoria situacional, que caberá como análise também para o neoconservadorismo, discutido nos parágrafos seguintes. A teoria situacional argumenta que o conservadorismo existe em contextos específicos de enfrentamento entre uma posição que

quer mudanças fundamentais e outros que querem conservar as instituições vigentes.

Para Huntington (1957), a ideologia conservadora se desenvolve em uma situação histórica da qual um desafio importante aparece contra as instituições estabelecidas, sendo assim um sistema de ideias empregadas para justificar qualquer ordem social estabelecida não importa onde ou quando, contra qualquer desafio fundamental para a sua natureza ou ser (Huntington, 1957). Isso não significa que o conservadorismo se oponha a qualquer mudança, visto que mudanças secundárias são até mesmo aceitas necessárias para preservar os elementos fundamentais de uma sociedade, mas assim como afirma Burke, elas devem ocorrer de maneira gradual e ao longo do tempo.

Na modernidade, o conservadorismo se reflete politicamente na constituição da direita política, o que será mantido no conservadorismo contemporâneo, fato fundamentado por meio da articulação do conservadorismo social, bem como pela defesa de programas de origem neoliberal. Por “direita”, entende-se um posicionamento político com uma gama de características econômicas e sociais específicas. “Direita e Esquerda” são termos utilizados pela ciência política, que se popularizou também no senso comum, para se referir a grupos com diferentes ideologias. O uso do termo deriva da Revolução Francesa, visto que durante as reuniões da Assembleia Constituinte, as pessoas que se posicionavam à direita eram identificadas como defensoras da aristocracia, do tradicionalismo e da monarquia, enquanto as que se posicionaram à esquerda eram identificadas por alinhamentos democráticos, racionalistas e pelo menos potencialmente Republicanos (Fernandes, 1995). Neste trabalho, o conservadorismo se refere à ideologia segundo Huntington, enquanto a Direita será mencionada como um posicionamento político, ainda que, majoritariamente, os dois conceitos estejam atrelados, principalmente no Brasil.

Na atualidade, neoconservadorismo foi a expressão que serviu para designar tanto o movimento intelectual, como político (High, 2009). Assim como foi o caso do conservadorismo, o movimento intelectual precedeu o movimento político. O movimento intelectual se organizou a partir da Guerra Fria, baseando-se no liberalismo econômico, no tradicionalismo moral e no anticomunismo. Até os anos de 1970 os neoconservadores se consideravam liberais e se opunham à intervenção do Estado na Economia, criticando a visão de que o poder público teria papel de destaque em enfrentar as desigualdades sociais, vistas como necessárias ao bem comum (High, 2009). Conforme o liberalismo foi mudando, os neoconservadores foram se movendo para uma posição mais à direita, visto que algumas pautas progressistas, como o feminismo, ganharam força, instaurando o medo de que as

pautas por igualdade se sobressaíssem.

Neste cenário, neoconservadorismo se integralizou, tornando-se popularmente conhecido como “Conservador nos costumes e liberal na Economia<sup>2</sup>”, consolidando-se assim, na Europa Ocidental da segunda metade do século XX como uma terceira via entre o liberalismo e o socialismo, buscando uma espécie de síntese possível entre as duas posições. No entanto, foi nos Estados Unidos, em 1980, com a eleição de Ronald Reagan, que o neoconservadorismo se estabeleceu e se estruturou da forma que o conhecemos e utilizamos ao analisar a política brasileira (Lacerda 2019). Para sintetizar, o neoconservadorismo nasce a partir de um movimento intelectual, em que são resgatados princípios de correntes conservadoras anteriores, principalmente do velho conservadorismo e do libertarianismo, sendo que a novidade se dá por conta da “fusão inusitada dessas correntes tão distintas” (MOLL, 2010, p. 67). De acordo com o autor:

Os libertários entendem que o problema do mundo é a falta de liberdade individual, enquanto os velhos conservadores argumentam que o totalitarismo é fruto do excesso de individualismo. Para os libertários os indivíduos são os únicos que podem definir seus objetivos próprios, enquanto para os velhos conservadores a definição de qualquer objetivo requer a aceitação de crenças e laços sociais. As duas posições diferem também sobre a noção de sociedade. Para os libertários a sociedade é uma relação contratual entre os indivíduos que pode ser desfeita e não tem nada transcendente que a garanta, enquanto os velhos conservadores acreditam que a sociedade é uma comunidade que compartilha uma série de valores morais comuns e instituições que ligam os indivíduos uns aos outros. Acima de tudo, do ponto de vista da economia, os libertários defendiam as virtudes do capitalismo fundado em um livre mercado, mas para os velhos conservadores isto representava justamente a degeneração do capitalismo tradicional. (Moll 2010, p. 67).

Além das características apresentadas por Moll (2010), vale destacar que o conservadorismo religioso e moral tomou força na sociedade, processo iniciado desde a década de 1960, fato influenciado pelos movimentos reformistas populares surgidos nesta época. Para Cruz (2015) a origem dos grupos neoconservadores remonta à metade do século XX, tornando-se uma fonte importante no apoio de partidos políticos alinhados à direita e com base teórica cristã. Desde então, verifica-se uma série de autores que apoiam projetos de regulação da moral e dos costumes, uma vez que compreendem que o grande “mal” do Ocidente seria a profunda crise de valores que destrói as fundações da moralidade social.

Um conjunto de autores apontaram para a ocorrência de uma crise moral, como Allan Bloom, Charles Murray, Francis Fukuyama, entre outros. Segundo Castello-Branco (2016),

---

<sup>2</sup> Expressão popularmente conhecida, que define de maneira pontual os princípios do neoconservadorismo

esses trabalhos alertavam para a desestruturação da família americana – algo bem parecido com o Brasil e sua “família tradicional” – ameaçando a própria sociedade estadunidense. Para esses intelectuais deveriam ser eliminadas as políticas de discriminação positiva e promovida uma maior liberdade de escolha individual, ficando a função do Estado no plano da promoção das virtudes morais consideradas ameaçadas, que fica bastante evidente na citação acima é a ideia de restauração dos verdadeiros valores. Com a crise de 1970, houve um entendimento, por parte de grupos conservadores, de que os movimentos pelos direitos civis e sociais haviam provocado uma degeneração social e era preciso retomar valores que tinham como base, centralmente, a família, a moral e o indivíduo. Nesse sentido, a vontade de manter os “verdadeiros valores dos Estados Unidos” estava no imaginário de muitos estadunidenses, como pode ser observada quando Moll 2010 afirma que:

Muitos americanos viram a crise econômica dos anos de 1970 como consequência da “degeneração social” resultante da corrupção de Watergate, do New Deal, da Grande Sociedade, dos movimentos sociais e das transformações dos anos de 1960. [...] Muitos americanos responderam ao momento de crise afirmando a necessidade de restaurar a sociedade em busca de cumprir seu destino de redenção. Assim, valores como a liberdade, a autonomia, o progresso, a moral, o individualismo e as oportunidades ilimitadas foram tomados como características naturais, em contraposição ao humanismo, ao multiculturalismo, ao coletivismo, ao ambientalismo, ao liberalismo, em suma, às transformações e às questões sociais da década de 1960. No imaginário de muitos estadunidenses, portanto era necessário superar a crise restaurando os “verdadeiros valores” dos Estados Unidos.

O que há de novo na “Nova Direita” estadunidense então, como é relatado por muitos autores, é um maior foco nas questões sexuais e reprodutivas. Essas questões, além da questão da família, acima mencionada, o cerne do programa político dos neoconservadores, e o que o diferencia (Lacerda, 2019). Como o feminismo é um dos maiores inimigos do tradicionalismo e, conseqüentemente, dos que se entendem como conservadores, nos EUA foi a oposição a uma proposta legislativa que tratava de igualdade de direitos entre homens e mulheres que teria identificado a nova direita a partir de uma ideologia própria. Para Pierucci (1989) no mesmo sentido, a direita se tornou uma “nova direita”, justamente porque sexo e família se atrelaram a pautas do conservadorismo, com o liberaisimo econômico e o anticomunismo, tendo como um dos maiores inimigo, agora, o feminismo. Assim, o neconservadorismo pode ser entendido como um ideário conservador de direita, tendo como diferença a importância que atribuí às questões relativas a família, a sexualidade e a reprodução dos valores cristãos.

Recentemente, o pensamento e as ideologias conservadoras ganharam mais força a

partir de uma crise estrutural do sistema capitalista a partir do programa político de Donald Trump, presidente eleito pelo Partido Republicano em 2016 nos Estados Unidos. Na esfera nacional, as propostas conservadoras americanas influenciaram diretamente no debate político conservador no país, ascendendo o projeto conservador, o que se constituiu como uma tendência política e intelectual. É importante salientar que neste trabalho as perspectivas conservadoras dos EUA têm um grande foco, considerando que foram as mesmas que impulsionaram o pensamento neoconservador no Brasil e conseqüentemente nas políticas educacionais, como veremos posteriormente. De acordo com Cruz (2015), os Estados Unidos destacam-se como sendo um país que balizou e influenciou de forma significativa o pensamento conservador a partir da segunda metade do século XX ainda no contexto da Guerra Fria. Assim, o país inseriu modificações no pensamento ideológico, alinhando-se à direita, sendo favorável à intervenção internacional bem como ao apoio a grandes potências do sistema capitalista em vistas de atingir o desenvolvimento econômico. Esse posicionamento se consagrou por meio da adoção de políticas neoliberais a partir da década de 1980, influenciando países como por exemplo, o Brasil (Cruz, 2015).

Na contemporaneidade, essa influência nas diretrizes das políticas econômicas brasileiras se destaca sob alguns nomes, como o do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Trump surgiu, inicialmente, como uma figura caricata, uma celebridade de reality show, um empresário bem sucedido, o autor de best sellers, tendo sua candidatura considerada por muitos estadunidenses como um mero devaneio. Com o passar do tempo esse cenário se alterou e sua retórica de anti-esperança, que falava dos sonhos perdidos, de uma era de ouro irrecuperável, abriu os caminhos para sua eleição ao reforçar anseios, medos e desejos de uma população de classe média, branca, heterossexual que defende o contraditório posicionamento neoconservador, sendo conservador nos costumes e liberal na Economia. A manipulação do medo frente a mudanças, seja mudanças culturais, políticas, sociais ou demográficas foram resumidas na ideia do colapso do Sonho Americano, culpa das elites, do *mainstream* intelectual, político, cultural, burocrático, e econômico. Seu discurso misógino, antiliberal e xenofóbico, além de dar voz e disseminar falsas notícias, mentiras, teorias conspiratórias, pautadas em memes e piadas de cunho racista, antisemita e islamofóbico, se faz como a solução dos norte-americanos que não queriam perder seus privilégios. Assim, seu slogan “*Make American Great Again*” se fez presente no imaginário dos que buscavam honrar as tradições e manter a ordem social.

Dessa forma, Trump trouxe à tona o ideário neoconservador que defende o

predomínio pelo privado da família e corporações, a defesa da interferência pública em aspectos da família e da vida pessoal, a luta contra a intervenção do Estado na Economia para a redução das desigualdades a reação ao Estado de Bem-Estar social e do movimento feminista e LGBTQIAP+<sup>3</sup> e, por fim, a oposição a movimentos que reivindicam uma maior igualdade de direitos. Suas políticas nacionais e internacionais, bem como sua candidatura e táticas de campanha foram inspiração para o cenário político brasileiro que se desenrolou a partir da eleição de seu semelhante, Jair Messias Bolsonaro.

## 1.2 O Neoconservadorismo no Brasil: deus acima de tudo e a Moral acima de todos

Como citado anteriormente, o neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo e os princípios do neoliberalismo. Assim como aponta Maria Lúcia Barroco (2015), especialista em direitos humanos, o primeiro preserva a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal. Já o segundo se caracteriza pela não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais (Barroco, 2015). Para que a sociedade funcione de forma estável, defendem-se a garantia da ordem e o funcionamento das instituições fundadas na tradição e na autoridade constituída. Assim, a moral desempenha uma função de destaque na reprodução dos valores e da tradição, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pelas religiões. Aliado a isso, ao redor do mundo, a extrema-direita está unida em torno de algumas premissas: o nacionalismo e o patriotismo; o resgate de tradições; o anticomunismo e o antisemitismo; o racismo e a xenofobia contra imigrantes e minorias. A vida cotidiana é marcada por uma sociabilidade cindida entre “nós e eles”, assim como pode ser observado nas políticas e discursos de Donald Trump; com a exaltação da família patriarcal e de seus valores; como a autoridade do pai; com a defesa da lei e da ordem; o anti-intelectualismo; a desarticulação do bem-estar público; a exclusão de grupos sociais minoritários e sua desumanização e/ou extermínio (Barroco, 2013). Isso atribui ao neoconservadorismo algumas feições fascistas, que supõem a existência de condições sociais favoráveis, dadas em momentos de crise social, quando se acirram as tensões e a luta de classes, e o poder dominante utiliza mecanismos

---

<sup>3</sup> Sigla referente ao ao grupo de pessoas homossexuais, transgeneros, transsexuais, bissexuais, não binários, panssexuais e interssexo. As obras analisadas neste trabalho não adotam essa sigla, mas considerando o contexto atual ela será utilizada como referência a esse grupo

coercitivos para impor a ordem social (Barroco, 2013).

No caso do Brasil, o cientista político brasileiro Luis Felipe Miguel aponta que é possível perceber, a partir de 2010, um avanço, no debate público, de vozes abertamente conservadoras. O autor defende que, atualmente:

[...] é perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial. (Miguel, 2016, p. 592).

Em sua obra, “Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro”, o autor identifica três correntes de ideias conservadoras no Brasil: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. Conforme menciona o autor, o libertarianismo advoga pela minimização do Estado e sustenta que quaisquer situações derivadas de mecanismos de mercado são intrinsecamente justas, independentemente de sua aparente desigualdade. O Instituto Millenium, identificado como uma fundação privada, é citado como exemplo dessa postura, sendo considerado o principal porta-voz da direita brasileira, estabelecido em 2006 e financiado por empresas nacionais e transnacionais (Miguel, 2016). Além disso, essas ideias são também apoiadas por setores influentes da imprensa brasileira, destacando-se o jornalista Rodrigo Constantino. Quanto ao fundamentalismo religioso, esse fenômeno ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990. O autor alerta para uma imprecisão ao se referir a essa corrente apenas como “bancada evangélica”, pois ela engloba não apenas diferenças entre denominações protestantes, mas também a significativa presença do segmento mais conservador da Igreja Católica.

O fundamentalismo é caracterizado pela aceitação inquestionável de uma verdade revelada, o que suprime qualquer possibilidade de debate, e seus adeptos se opõem ao direito ao aborto, concepções inclusivas de família e políticas de combate à homofobia, entre outros temas (Miguel, 2016). É importante mencionar que os parlamentares fundamentalistas estabelecem alianças com diversas forças conservadoras no Congresso, como latifundiários e defensores do armamento. Exemplo de figura fundamentalista é citado o pastor Silas Malafaia (Miguel, 2016).

No que se refere ao anticomunismo, o autor destaca que esse movimento ganhou nova projeção na América Latina e no Brasil, onde a ameaça passou a ser associada ao

bolivarianismo, a doutrina do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez, bem como ao Foro de São Paulo, uma conferência de partidos de centro-esquerda e esquerda da América Latina e do Caribe. O Foro, com base em pressupostos anticomunistas, passou a ser visto como uma conspiração para dominar a região. O Partido dos Trabalhadores também foi alvo desse anticomunismo, sendo apresentado como uma manifestação do comunismo no Brasil, o que resultou em uma notável sobreposição entre o anticomunismo e o antipetismo. O autor destaca Olavo de Carvalho como uma das figuras centrais nesse contexto. Vale ressaltar que, na realidade brasileira, é possível encontrar representantes que se enquadram em mais de uma corrente, e Olavo de Carvalho é apresentado como exemplo, sendo tanto um anticomunista quanto um católico fundamentalista. Ele também está associado ao movimento Escola sem Partido, tópico que será mencionado com maior profundidade posteriormente.

Como menciona Luis Felipe Miguel, podemos observar que no cenário brasileiro, a ascensão do pensamento conservador foi motivada principalmente por fatores como escândalos de corrupção governamental, crise econômica, desigualdade social e descrença política da população. Essas pautas ganharam notoriedade no contexto político pós-eleitoral de 2014 no Brasil, impulsionando a agenda neoconservadora destacada especialmente através das bancadas conservadoras representadas por grupos como os evangélicos radicais (bancada da bíblia), ruralistas (bancada do boi), militares e fabricantes de armas (bancada da bala) e ex-jogadores de futebol e demais esportistas (bancada da bola). Essas bancadas propuseram diversas pautas, incluindo a redução da maioria penal e a flexibilização e redução dos direitos trabalhistas (Bezerra Neto e Santos, 2016). A partir de 2016, o Brasil presenciou o crescimento do conservadorismo no âmbito político-partidário, o que foi evidenciado pela eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018, marcando a ascensão da direita liberal conservadora no país. Bolsonaro adotou um discurso fundamentado nos princípios liberais e conservadores, sendo influenciado notadamente pelos ideais de Olavo de Carvalho. No entanto, a ascensão do governo Bolsonaro foi resultado de uma conjuntura histórica e social marcada por diversos eventos políticos (Coutinho, 2018).

Dentre esses eventos, destaca-se o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a subsequente crise econômica relacionada ao Partido dos Trabalhadores. Paralelamente, houve o fortalecimento político dos grupos evangélicos, que se opuseram à agenda progressista de costumes da esquerda brasileira, em oposição ao conservadorismo e à religiosidade no país. A antipatia generalizada em relação ao Partido dos Trabalhadores também influenciou significativamente as eleições presidenciais de 2018 (Coutinho, 2018).

Nesse contexto, Bolsonaro aproximou-se ideologicamente dos grupos evangélicos em ascensão, obtendo apoio da maior parcela dessa população. Além disso, a inovação na comunicação política de Bolsonaro, realizada principalmente através da Internet e das redes sociais, foi um fator determinante para o sucesso de sua candidatura nas eleições presidenciais. A combinação desses fatores culminou na eleição de Bolsonaro com uma expressiva margem de votos (Coutinho 2018). Além disso, o acesso à internet e a difusão de conteúdo e opiniões através de redes sociais, ampliaram de forma expressiva a disseminação do discurso conservador no Brasil, ganhando adeptos em uma parcela considerável da população, um fenômeno que também foi observado nos Estados Unidos.

Conforme delineado pelas teorias sobre a extrema-direita apresentadas pelos filósofos Jason Stanley dos Estados Unidos e Umberto Eco da Itália, é possível identificar algumas semelhanças entre o governo Bolsonaro e esse tipo de regime, que serviu como uma categoria analítica para os autores mencionados, bem como para o contexto na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Na Tabela 1, pode-se observar algumas características apontadas por Barroco em artigo publicado em 2022 que aproximam o governo do então ex-presidente de uma administração de extrema-direita, contribuindo, assim, para uma análise do neoconservadorismo bolsonarista.

1. O governo busca promover a ideia de um passado mítico, negando a existência de uma ditadura militar empresarial brutal e horrível. Esse processo de criação de mitos, característico do irracionalismo e do fascismo, tem como objetivo distorcer a história e converter mentiras em "verdades individuais". Isso inclui a negação de fatos científicos e históricos, uma estratégia comum do negacionismo.
--

2. Característica de anti-intelectualismo, menosprezando o conhecimento acadêmico crítico, a cultura humanista e a educação em geral.
---

3. O governo de Bolsonaro ataca moralmente as conquistas dos movimentos de direitos humanos, mulheres, negros, indígenas e da população LGBTQI+. Suas ações estão impregnadas de racismo, homofobia, transfobia e preconceito de classe. A exclusão de grupos sociais também é direcionada à perseguição política aos movimentos de esquerda, e Bolsonaro já demonstrou apoio à violência e à morte.
--

4. O governo de Bolsonaro e seus apoiadores frequentemente fazem referência a questões de gênero e orientação sexual, demonstrando ansiedade sexual. Há uma obsessão irracional em relação a uma suposta "sexualidade precoce", atribuída ao governo anterior e acusada de corromper as crianças.
---

5. O nacionalismo é evidente entre os apoiadores do governo, que mostram sua lealdade à bandeira brasileira e ao lema "Brasil acima de tudo".
6. A divisão entre "nós e eles" é uma característica marcante da sociedade brasileira desde as manifestações de 2013 e 2016. Bolsonaro estimula esse ódio, posicionando-se contra as instituições democráticas e incentivando uma cultura de violência e morte.
7. A extrema-direita se apropria do ódio como combustível para seus projetos políticos, levando a uma sociedade onde a diferença e a tolerância são ignoradas, resultando em uma militarização das instituições.
8. A desarticulação do bem público acontece através do enfraquecimento dos direitos sociais e trabalhistas, ataques antidemocráticos, destruição da natureza e aprofundamento das crises estruturais do capitalismo.
9. O culto à morte, à violência e ao militarismo é intrínseco ao projeto bolsonarista. A liberação do acesso às armas, a celebração de policiais acusados de assassinato e a exaltação da brutalidade letal simbolizam uma busca por restaurar um passado autoritário e violento.
10. O governo Bolsonaro e seus seguidores acreditam que a salvação da nação depende da eliminação dos inimigos internos, principalmente comunistas, o que reforça a divisão entre "nós" e "eles" de forma fascista.
11. O governo de Bolsonaro e seus seguidores constantemente reforçam a ideia de que para salvar o país, é necessário eliminar os inimigos internos por meio de uma mobilização contínua. Eles frequentemente mencionam os comunistas como uma ameaça prestes a tomar o poder no Brasil, reforçando assim a divisão fascista entre "nós" e "eles".

**Tabela 1:** Pontos de aproximação entre o governo Bolsonaro e características da extrema-direita (Barroco, 2022).

Essas características são explicitadas não apenas pelos atos e discursos do, na época, maior representante do executivo brasileiro, mas também nas outras instâncias como o legislativo e judiciário. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE), que abrangem o período de 2002 a 2018, pode-se observar o crescimento da ideologia conservadora no cenário político-partidário do país em geral (Curi, Caetano, 2020). Esse crescimento pode ser percebido através do sucesso eleitoral de partidos conservadores e neoconservadores que estabelecem alianças com outras agremiações de orientação ideológica similar. Desde os anos 2000, esses partidos têm se pautado principalmente na defesa do liberalismo econômico, da moral religiosa e da ordem social. Exemplificam essa tendência o Partido Novo (NOVO), com alinhamento ao segmento religioso e evangélico; o Partido

Republicano Brasileiro (PRB), associado à Igreja Universal do Reino de Deus; e o Partido Ecológico Nacional (PEN), que possui afinidades morais e religiosas com a Igreja Assembleia de Deus (Curi, Caetano, 2020). Outro partido que também está posicionado na direita conservadora é o Partido Liberal (PL), anteriormente identificado como Partido da República (PR), ao qual os três parlamentares mencionados no capítulo seguinte são filiados. Middlebrook (2000) destaca que a presença de partidos neoconservadores no contexto democrático tende a fortalecer organizações politicamente alinhadas à direita. Esses partidos são bem estruturados e têm a capacidade de mobilizar apoio do eleitorado, assim como de estabelecer parcerias com organizações privadas, proprietários de terras e elites conservadoras religiosas e militares, com suas respectivas bancadas, o que confere a eles um potencial significativo para alcançar sucesso em processos eleitorais.

O conservadorismo brasileiro atual, que foca na defesa da família patriarcal e das tradições, não se limita apenas a elas. Ele também adota uma postura punitivista que fortalece a militarização da sociedade, o aumento da população carcerária, a posse de armas e medidas como a redução da maioria penal. Esses aspectos estão relacionados com questões de raça e classe, uma vez que tais medidas afetam de maneira desproporcional as populações negras e periféricas. O anticomunismo internacional, em muitos casos trocando o “comunismo” pelo “bolivarianismo”, assim como mencionado anteriormente é, no contexto brasileiro substituído pelo “anti-petismo”, como destaca Luis Felipe Miguel (2016), também reverbera na educação. Ainda que não seja o ponto central deste trabalho, é importante mencionar a adoção do discurso neoliberal e a defesa de valores relacionados ao mercado. Assim, de acordo com Lacerda, o novo conservadorismo brasileiro é uma combinação de todos esses elementos e tem como agentes políticos militares, líderes religiosos, ruralistas e empresários, que encontram nas políticas educacionais uma forma de manter a ordem social e garantir o prevailecimento da família tradicional.

### 1.3 A projeção do neoconservadorismo nas políticas educacionais: a neutralidade<sup>4</sup> enviesada

Michael W. Apple, um teórico educacional norte-americano, especializado em educação e poder político, apontou em seu livro *Educando à Direita* (2003), alguns aspectos em relação ao conservadorismo da década de 1980 nos Estados Unidos que é possível identificar também no contexto brasileiro. Esta relação é sintetizada no prefácio à edição brasileira desse livro:

[...] as questões educacionais tratadas na obra não se diferem substancialmente das que ocorrem no Brasil, mesmo porque a internalização da agenda internacional de “ajustes estruturais” nas economias latino-americanas levou a uma reestruturação dos sistemas educacionais do subcontinente. Mesmo que as políticas educacionais neoconservadoras e neoliberais atinjam, com intensidades variadas, os diversos países do mundo, de acordo com os contextos específicos, certamente impactam mais dramaticamente os países latino-americanos do que as nações centrais, dadas as fragilidades peculiares à periferia e porque é aí que se trava a luta mais avançada do neocapitalismo. É notável, por exemplo, verificar que os alvos das críticas de Michael Apple são os mesmos que os educadores e pesquisadores da educação da América Latina temos endereçado ao projeto político-pedagógico neoliberal e neoconservador. (Apple, 2003, p.XVI)

De acordo com a perspectiva de Apple (2003), nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu um período de intensas mudanças e agitações nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Isso se deu em decorrência das lutas travadas por diversos movimentos sociais, tais como os movimentos negros, feministas, contracultura, LGBTQIAP+, entre outros. Essas lutas resultaram em importantes conquistas no âmbito político, econômico e cultural, tais como a aprovação da Emenda de Direitos Iguais em 1972, que garantiu a igualdade de direitos para as mulheres, a legalização do aborto pela Suprema Corte em 1973 e o crescimento do movimento LGBTQIAP+ nos anos 70 (Laceda, 2019).

Na perspectiva do autor, a partir da década de 80 nos EUA, pode-se observar a formação de uma aliança conservadora (Apple, 2003), constituída por uma coalizão de forças que se opunham à expansão das políticas sociais destinadas às minorias e atacavam o papel do Estado. Essa aliança era composta por quatro grupos principais: (I) os neoliberais, que defendiam uma abordagem política e econômica alinhada ao mercado; (II) os neoconservadores, que valorizavam as tradições culturais e consideravam o passado como

---

<sup>4</sup> Segundo o Dicionário Básico de Filosofia (Japiassú e Marcondes, 1996), a neutralidade (do lat. *medieval neutralizas*) significa, em um sentido geral, isenção, imparcialidade, recusa a tomar partido em relação a posições opostas ou em conflito. Neste trabalho, entende-se que a neutralidade na educação exigida pelos conservadores, não é uma imparcialidade, mas uma imposição de seus valores, e silenciamento da pluralidade.

superior ao presente; (III) os populistas autoritários, predominantemente grupos religiosos, como os evangélicos, que baseavam suas posições políticas e educacionais em uma interpretação bíblica particular; e, por fim, (IV) segmentos da nova classe média profissional, composta principalmente por gerentes e profissionais altamente qualificados em busca de ascensão social e interessados na manutenção de seus ganhos econômicos e mobilidade social. Esses grupos da aliança conservadora compartilhavam preocupações sobre questões de gênero, sexualidade e família, bem como a percepção de que o Estado estava favorecendo grupos minoritários em detrimento de seus próprios interesses. Dessa forma, mesmo que não concordassem integralmente entre si, uniram-se para proteger seus interesses comuns.

No Brasil também pode-se notar uma coalizão de grupos que formam uma aliança conservadora, porém, diferentemente dos Estados Unidos, o pilar central do novo conservadorismo no país encontra-se nas ações e discursos de uma direita cristã – especialmente, mas não somente, evangélica –, que propõe a defesa da “família tradicional” como resposta a qualquer movimentação progressista (Lacerda, 2019). Uma parte significativa das atividades destes grupos conservadores no Brasil concentra-se na esfera educacional e no contexto escolar. Isso pode ser observado nas várias investidas documentadas durante os debates no plenário da Câmara dos Deputados contra o que eles denominam como “ideologia de gênero”. Esse posicionamento é evidente especialmente em relação a propostas educacionais, como o Programa Escola sem Homofobia, que abordava questões relacionadas a gênero, sexualidade e homofobia. Esse programa passou a ser denominado de “kit gay” pelo então deputado Jair Bolsonaro. Além disso, como mencionado anteriormente, o anti-petismo, o punitivismo e as questões mercadológicas também estão presentes nesse neoconservadorismo, afetando diretamente a educação brasileira.

A análise do neoconservadorismo nas políticas educacionais envolve uma constante rearticulação, especialmente quando consideramos seu caráter reacionário. Nesse contexto, o atual conservadorismo brasileiro representa uma resposta contemporânea à recente ampliação relativa dos direitos sociais no âmbito nacional, que foi conquistada ao longo dos últimos anos, principalmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). No período de 2003 a 2016, foram implementadas diversas leis que responderam a anos de lutas por reconhecimento e direitos para grupos historicamente subalternizados. Alguns exemplos dessas conquistas incluem a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino; o reconhecimento da união estável para casais do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal

em 2011; e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que determinou que universidades e institutos federais reservassem metade das vagas em seus processos seletivos para candidatos cotistas.

Grupos conservadores, preocupados com a manutenção de um estilo de vida tradicional, reagiram veementemente a essas políticas, argumentando que muitos "direitos" estão sendo retirados daqueles que compõem a "maioria": homens, cisgêneros, brancos, heterossexuais e de classe média. No entanto, é essencial reconhecer que o atual conservadorismo não representa uma ruptura completa com o passado, mas uma rearticulação de características historicamente conservadoras da política brasileira. Uma dessas características é o racismo estrutural, que tem suas raízes históricas na sociedade brasileira e é agora reatualizado e rearticulado em resposta ao avanço de políticas de ações afirmativas, em particular a política de cotas de ingresso em universidades públicas. Além disso, o conservadorismo atual também defende os privilégios das classes média e elite, uma herança histórica que remonta ao período escravista, mas que ganha destaque à medida que trabalhadores conquistam acesso a bens de consumo e ambientes elitistas, como as universidades. Outro aspecto que se rearticula no atual conservadorismo é a defesa da família tradicional, com base no modelo heterossexual, que está profundamente enraizado na herança patriarcal. Essa defesa é um traço que tem raízes na tradição da religião católica no Brasil, mas que é revitalizado com a crescente expansão dos direitos LGBTQIAP+.

Como já mencionado algumas vezes nesse trabalho, o "novo" conservadorismo apresenta uma ênfase significativa nas questões reprodutivas, sexuais e de gênero, o que está diretamente relacionado ao fortalecimento dos movimentos pela igualdade de gênero, feministas e LGBTQIAP+ durante o processo de redemocratização nos anos 1980. As reações a essas conquistas têm sido variadas e contundentes, impactando os currículos escolares e promovendo amplamente na sociedade um "currículo de reforma" conservador. Para elucidar essas políticas, e sem o objetivo de esgotar todas as reformas realizadas, será abordado alguns dos projetos, movimentos e tendências que afetam diretamente a educação brasileira, como o movimento Escola Sem Partido, as reformas na BNCC, a reforma do Ensino Médio, entre outras abordagens.

Neste estudo, utilizaremos a sigla ESP para se referir ao movimento denominado "Escola Sem Partido". Segundo suas próprias fontes disponibilizadas em sua página da internet, o ESP é caracterizado como uma "iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em

todos os níveis: do ensino básico ao superior". Além disso, ele é descrito como uma "associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária". O principal objetivo do ESP é combater aquilo que consideram um problema grave: a atuação de um "exército organizado de militantes travestidos de professores", que se aproveitaria da liberdade de cátedra e do ambiente reservado das salas de aula para impor sua própria visão de mundo aos alunos. De acordo com Fernando Penna, Professor da Universidade Federal Fluminense:

Um dos pressupostos destas ameaças é que os professores são mal formados e não são dignos de confiança, justamente eles que lidam cotidianamente com os membros mais indefesos da nossa sociedade, as crianças e os jovens. Essa falta de confiança na competência profissional dos professores está no âmago desta campanha de ódio aos professores e é uma ideia amplamente aceita por parte da nossa sociedade, sendo inclusive percebida como um dos principais fatores que causam a baixa qualidade da educação no Brasil (Penna, 2015, p. 296).

Fundado em 2004 pelo advogado e ex-procurador de justiça de São Paulo Miguel Nagib, o ESP “permaneceu na obscuridade” até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. De acordo com Penna

O Escola Sem Partido era um movimento criado por um advogado chamado Miguel Nagib, para combater o que ele percebia como doutrinação ideológica nas escolas, inicialmente um grupo sem maior importância, mas que foi aproveitando-se de polêmicas relativas à educação para crescer e ganhar força. Em 2007, quando o Ali Kamel começa uma grande polêmica em torno de sua crítica do livro didático Nova História Crítica, do Mario Schmidt, o Escola Sem Partido ganha visibilidade junto com o tema da doutrinação de esquerda. No ano seguinte, a revista Veja já cita o movimento como uma solução possível para o problema da doutrinação. (Penna, 2015, p. 297)

Em 2014, a pedido do deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, o procurador elaborou um projeto de lei com as ideias do movimento, que tinha como objetivo aparente zelar pela educação integral dos alunos. Posteriormente, foi o atual Senador Magno Malta quem propôs novamente este projeto, e o defende veementemente em seus discursos. Ao observar o conteúdo disponível na página do ESP nos deparamos com ataques às teorias políticas e educacionais oriundas do pensamento crítico, aos docentes e às universidades (Ferreira, 2019). Sua principal bandeira é a luta contra o que eles chamam de "doutrinação ideológica", a qual afirmam ser uma prática recorrente por parte dos professores nas escolas brasileiras. Segundo a página do ESP “O Programa Escola sem Partido é uma proposta de lei — federal, estadual e municipal — que torna obrigatória a afixação, em todas as salas de aula

do ensino fundamental e médio, de um cartaz com os seguintes deveres do professor:”

O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

**Tabela 2:** Deveres do professor, segundo a página do ESP

Todavia,

O crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (Miguel, 2016, p. 595-596).

Trata-se de um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular (Macedo, 2017). A utilização dos termos "ideologia" e "doutrinação" pelo ESP oculta outros interesses que não são explicitados nos materiais do movimento. Tais interesses não são claramente definidos ou declarados por Miguel Nagib, o fundador do ESP, mas é possível notar que sua interpretação desses conceitos atende a motivações de natureza mercadológica. Isso se deve ao fato de que o movimento busca combater a corrente de

pensamento na área da educação defendida na Constituição e difundida nas escolas pelos professores, que advoga por uma educação pública de qualidade. Ao longo do tempo, essa corrente de pensamento tem sido alvo de boicote por parte de setores neoconservadores e privatistas, que propõem políticas que dificultam o trabalho dos docentes que não visam a doutrinação, mas sim a emancipação de seus estudantes. Em outras palavras, esses setores se opõem à abordagem educacional que visa promover o pensamento crítico e a capacidade de discernimento dos alunos, preferindo impor uma perspectiva que atenda a seus interesses políticos e econômicos.

Percebe-se então, que o movimento Escola Sem Partido opera principalmente através de duas correntes ideológicas presentes no neoconservadorismo: o fundamentalismo religioso e o anticomunismo. Além disso, o ESP também utiliza o libertarianismo como princípio orientador, defendendo a ideia de um Estado mínimo que não interfira na vida privada e que os pais são os principais responsáveis pela educação de seus filhos, cabendo às escolas apenas o ensino de conteúdo, em consonância com o projeto neoconservadores. Embora a questão da ideologia de gênero não tenha sido inicialmente a bandeira do ESP, o movimento viu nela uma oportunidade estratégica que lhe rendeu aliados significativos e um discurso de ressonância popular imediata. A convergência entre o ESP e grupos de extrema-direita, notadamente alinhados com o astrólogo Olavo de Carvalho, intensificou a defesa de uma moral sexual convencional e a percepção da dissolução dessa moral como um passo estratégico do comunismo.

Conforme apontado por Miskolci (2021), o movimento Escola Sem Partido passou a abraçar a questão da "ideologia de gênero" em sua agenda posteriormente, após inicialmente se concentrar no combate à suposta "doutrinação marxista" nas escolas. O ESP também exerceu uma influência decisiva em momentos de delimitação de políticas educacionais no Brasil, como durante a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), no qual a palavra "gênero" foi retirada de qualquer menção. “Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores” (Miguel, 2016).

O ESP tem ganhado destaque no cenário educacional brasileiro, conforme demonstrado pela quantidade de projetos de lei relacionados ao movimento que tramitam em diversas esferas legislativas do país. Há uma clara intenção de incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o programa "escola sem partido", sinalizando a força e influência que o movimento e suas ideias neoconservadoras têm exercido no contexto

brasileiro.

Em 2017, uma ação civil pública movida pelo movimento Escola Sem Partido questionou uma regra do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que penalizava os candidatos que desrespeitassem os direitos humanos em suas redações. O movimento alegou que tal medida violava a liberdade de expressão, e esse argumento foi acatado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Referindo-se a esses retrocessos nas políticas educacionais brasileiras em um período recente, com destaque para as mudanças no ENEM, Oliveira e Silveira (2020) expressaram a seguinte posição:

O questionamento que se pode levantar, portanto, é em que medida tais ações demarcam não apenas um retrocesso dos direitos humanos, mas também um deslocamento do espaço de discussão e construção de uma agenda política inclusiva. Compreendo que a garantia de manutenção da escola como espaço de fomento à construção de um projeto societário no qual a cultura dos direitos humanos é constitutiva, é um elemento relevante para a consolidação da própria democracia, e neste sentido, a exclusão da ênfase que o Enem dá a esta questão representa um retrocesso que vai para além do campo educacional (Oliveira; Silveira, 2020, p. 224).

As ideias neoconservadoras também encontram expressão em outro contexto, especificamente no combate à chamada "ideologia de gênero" no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma análise das temáticas incluídas e excluídas na BNCC sustenta a percepção do crescimento de ideias neoconservadoras no âmbito da educação brasileira. Segundo Macedo (2017), a divulgação da segunda versão da BNCC fortaleceu um novo conjunto de demandas, denominadas de "demandas conservadoras" pela autora. Essas demandas ganharam destaque após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, quando o movimento Escola Sem Partido (ESP) passou a ser um dos interlocutores do Ministério da Educação (MEC).

Macedo (2017) identifica quatro principais pautas demandadas pelo ESP em relação à BNCC: (I) a separação entre o espaço público e privado, transferindo a responsabilidade pela formação moral e ética das crianças para o espaço privado da família; (II) a oposição ao viés ideológico de esquerda que supostamente estaria presente no documento da BNCC; (III) a resistência à inclusão da diversidade cultural nos currículos; e (IV) a oposição à abordagem de questões de gênero nos currículos. Contudo, outras demandas conservadoras em relação à BNCC não são exclusividade do ESP.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi objeto de intensos debates em relação à inclusão da "ideologia de gênero", resultando em sua exclusão na terceira versão apresentada em abril de 2017. Nessa mesma versão, também foram eliminadas questões

relacionadas ao ensino religioso. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o ensino religioso fosse confessional, permitindo que os professores promovam suas crenças durante as aulas. Assim como identidade e gênero, temas como as desigualdades sociais e do racismo, também foram esvaziados. Diferentemente do primeiro caso, este último não teve seu termo banido do documento, mas teve contextualizações rasas e não críticas sobre sua existência, como por exemplo:

A sociedade capitalista, por exemplo, ao mesmo tempo em que propõe a centralidade de sujeitos iguais, constrói relações econômicas que produzem e reproduzem desigualdades no corpo social. (Brasil, 2018, p. 56)

Assim, fala-se sobre a desigualdade advinda do capitalismo, mas também afirma que ele propõe a igualdade dos indivíduos. A exclusão ou diminuição de temas importantes para a compreensão da realidade social nesse documento evidenciam a influência de agentes conservadores em seu desenvolvimento. Macedo (2017) ressalta a atuação do movimento "Escola sem Partido", que distingue a educação, relacionada a valores morais e à família, da instrução, associada aos conhecimentos e habilidades a serem aprendidos na escola.

Esse conjunto de demandas conservadoras do ESP em relação ao “conteúdo” da BNCC é bastante pontual e aponta menos para o que deve fazer parte do currículo do que para o que deve ser excluído, para que a escola possa “atender a todos”. As exclusões citadas explicitamente se referem a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade. O potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários — de raça, gênero e sexualidade — que, ainda timidamente, têm conquistado algum espaço (Macedo, 2017, p. 517).

Outra expressão do neoconservadorismo na educação é a reforma do Ensino Médio. Essa reforma tem tido um impacto significativo na educação básica, considerando que em nosso país, muitos estudantes veem a escola pública como a única oportunidade de acesso à educação. Esses impactos são causados uma vez que a reforma promove alterações estruturais em diversos aspectos, como currículo, abordagem pedagógica, organização escolar, carga horária e oferta obrigatória de língua estrangeira. Antes da aprovação da Lei do Ensino Médio (Lei nº 13.415/17) pelo Congresso Nacional e sua sanção pelo governo de Michel Temer, o ensino médio brasileiro já enfrentava sérios problemas, caracterizados por estrangulamento do sistema educacional, altos índices de evasão, reprovação e distorção idade-série. Dermeval Saviani (1999) destaca o papel fundamental do ensino médio em

recuperar a relação entre “o conhecimento e prática do trabalho”, diferenciando-o de projetos que adotam uma abordagem excessivamente profissionalizante. Ele aponta que tal abordagem pode se configurar como “[...] um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo [...]” (Saviani, 1999, p 40) , o que parece ser a tônica da proposta do governo Temer

A contrarreforma do ensino médio imposto pela MP 746/16, hoje convertida em Lei 13.415/2017, objetiva calibrar a formação na educação básica às necessidades de força de trabalho no país. É parte do movimento de volta ao Estado pré-1988. A avaliação dos setores dominantes é de que o grosso da força de trabalho irá desempenhar trabalho simples; por isso, o empobrecimento da formação pretendida, algo muito semelhante à formação do nível médio preconizada pela Lei 5.692/1971 vigente na ditadura empresarial-militar. Como parte desse processo de ajuste da formação às demandas do capital, a contrarreforma objetiva incidir, também, sobre a socialização ideológica da juventude, daí a tentativa de extinguir a formação em artes, sociologia, filosofia, expressões corporais. (Leher, Vittoria; Motta, 2017, p. 18-19).

Conforme enfatizam os autores citados anteriormente, as alterações no currículo revelam os verdadeiros propósitos da Medida Provisória (MP): retirar dos filhos dos trabalhadores uma dimensão crucial da formação humana, que é essencial para o desenvolvimento da imaginação, da sensibilidade estética, histórica e da criatividade (Leher, 2017). Com a implementação de um currículo comum de caráter minimalista, os sistemas estaduais, federais e privados deverão criar itinerários educacionais que aprofundem o dualismo educacional, resultando em um agravamento das desigualdades entre as diferentes redes de ensino (Leher, 2017).

Pode-se então compreender que a reforma do Ensino Médio bem como a reformulação da BNCC tem características conservadoras e neoliberais, como previsto no neoconservadorismo. No que diz respeito às políticas mercadológicas favoráveis ao liberalismo, as próximas duas políticas que serão citadas pertencem a um plano de desmonte e sucateamento da educação, colocando a educação pública como não prioritária. Nesse contexto mercadológico uma das primeiras medidas aprovadas após o processo de impugnação em 2016 foi a Emenda Constitucional nº 95/2016, promulgada em 15 de dezembro do mesmo ano. Essa emenda, amplamente conhecida como PEC do teto dos gastos públicos ou PEC da morte, conforme concebido por movimentos sociais, alterou o preceito constitucional que determinava a destinação de, no mínimo, 18% da receita líquida de impostos do ano em curso para o setor educacional. Por meio do congelamento dos gastos

públicos por um período de vinte anos, iniciando em 2017, essa medida afeta diretamente o financiamento da educação. De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2016), a Emenda Constitucional Nº 95/2016 inviabiliza qualquer aumento no financiamento para a construção de escolas, pré-escolas, creches, bem como para aprimorar as instituições de ensino superior públicas, a educação básica e os vencimentos dos professores. Consequentemente, essa proposta torna praticamente inatingíveis as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei 13.005/2014), que tem como objetivo aumentar os recursos públicos destinados à educação para alcançar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final do período do Plano.

Além disso, outras metas e estratégias definidas para diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como para a capacitação e valorização dos profissionais da educação, também são comprometidas. Frente a esse cenário, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2016) alerta que, durante os 10 anos de vigência da Emenda Constitucional Nº 95/2016, a educação perderá aproximadamente 58 bilhões de reais, que serão realocados para o pagamento da dívida pública. Essa situação é preocupante, pois indica que o congelamento dos gastos resultará em uma maior precarização da educação pública, prejudicando especialmente as crianças e jovens do país, cuja principal via de acesso à educação é a escola pública.

Com relação ao Ensino Superior, os impactos da Emenda Constitucional 55/2016, já aprovada, são significativos. As universidades públicas e o sistema de Ciência e Tecnologia são fortemente afetados. A política de acumulação proposta pelo grupo dominante no poder não favorece a pesquisa científica e tecnológica. Conforme apontado por Leher, Vittoria e Motta (2017), a possibilidade de abandonar políticas industriais que protejam o conteúdo nacional em certas cadeias produtivas, conforme proposto pelo núcleo dirigente da política econômica, representa uma ameaça real para a promoção da pesquisa tecnológica e o desenvolvimento inovador (Pesquisa e Desenvolvimento - P&D). Em países alinhados ao neoliberalismo, a dependência tecnológica pode ser absoluta.

As mudanças políticas em curso podem significar, também, o abandono de medidas que possibilitaram a expansão relativa da educação superior pública. As políticas de austeridade, a rigor, de contrarreforma do Estado, podem estancar o financiamento das universidades públicas em favor do repasse de recursos para as privadas. No Brasil, a referida mudança constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, significará uma queda anual nos gastos sociais equivalente a 0,8% do PIB por ano. Em 6 anos, isso equivaleria a

toda verba para a educação brasileira, atualmente em torno de 5% do PIB.

As mudanças políticas em curso podem significar, também, o abandono de medidas que possibilitaram a expansão relativa da educação superior pública. As políticas de austeridade, a rigor, de contrarreforma do Estado, podem estancar o financiamento das universidades públicas em favor do repasse de recursos para as privadas. No Brasil, a referida mudança constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, significará uma queda anual nos gastos sociais equivalente a 0,8% do PIB por ano. Em 6 anos, isso equivaleria a toda verba para a educação brasileira, atualmente em torno de 5% do PIB (Leher; Vittoria; Motta, 2017, p. 21).

As transformações políticas em andamento também podem resultar no abandono das medidas que possibilitaram a expansão relativa da Educação Superior pública. As políticas de austeridade, essencialmente uma forma de contrarreforma do Estado, podem interromper o financiamento das universidades públicas, direcionando recursos em benefício das instituições privadas.

Este, então, é um panorama geral das políticas educacionais de cunho conservador desenvolvidas nos últimos anos no Brasil, sem pretensão de examiná-las a fundo e nem esgotar todas as políticas realizadas. Desta forma, pode-se observar como a onda neoconservadora que assolou grande parte dos países do mundo se faz presente aqui no Brasil, e como a educação serve como ferramenta para propagar seus ideais e tentar consolidá-lo. A união estabelecida entre o liberalismo econômico, o conservadorismo moral, atrelados a ascensão de pautas cristãs como a valorização da família e o combate às questões sexuais constituem o cerne dessa ideologia, legitimada pelo poder concedido ao governo vigente. Assim, parte do processo de tentar compreender como essas políticas ganharam notoriedade, é analisar o discurso daqueles que as defendem e ocupam cargos de poder, para contextualizar como são realizadas as disseminações desses pensamentos e como se dão as argumentações feitas em torno desse objetivo

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS: DA FORMAÇÃO DO SUJEITO À FORMULAÇÃO DISCURSIVA

### 2.1 Caminhos metodológicos: Análise Textual Discursiva

Considerando a proposta deste trabalho, que contextualiza o neoconservadorismo nas políticas educacionais do Brasil, neste capítulo foi realizada uma Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes (2003), acerca de textos e discursos de políticos

neoconservadores do país. A ATD é uma abordagem metodológica e a sua escolha se deu em função do seu potencial em examinar e compreender textos e discursos de maneira sistemática, a qual envolve a investigação das características linguísticas, estruturais e contextuais dos materiais selecionados, por meio da identificação de padrões, significados subjacentes e relações de sentido.

O foco da ATD é a interpretação e a compreensão das mensagens contidas nos textos, bem como na análise das estratégias discursivas utilizadas para construir significados e influenciar os leitores ou ouvintes. Ela não se limita apenas à superfície do texto, mas explora as camadas mais profundas de significado, considerando elementos como contexto cultural, social e histórico. Para isso, no tópico seguinte, será abordada a biografia dos políticos selecionados, acerca de sua vida pessoal, carreira na política, crenças e projetos desenvolvidos. Essas personalidades foram escolhidas com base no cenário neoconservador atual no qual encontra-se a política brasileira, considerando sua grande influência em projetos que abordam ideologias conservadoras, moralistas e tradicionais. São eles: Ana Campagnolo (PL), Magno Malta (PL) e Marco Feliciano (PL). Nessa abordagem, foram identificados temas, padrões retóricos, estruturas argumentativas, figuras de linguagem e recursos persuasivos presentes nos textos.

Os procedimentos que formam o ciclo da ATD são compostos por três etapas: unitarização, categorização e construção do metatexto, que formam um processo dinâmico, facilitando a geração de novas perspectivas de compreensão da pesquisa qualitativa através de um processo autônomo/auto organizado.

A etapa inicial da análise, caracterizada pela desconstrução/unitarização, começa após obter os textos para análise, que é conhecido como *corpus*. Para tal, foram considerados textos, os materiais selecionados – vídeos, imagens, discursos – advindos das redes sociais (Twitter e Instagram) dos parlamentares, bem como seus discursos em ambientes políticos, datados desde o final de 2016, quando ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Isso porque, a definição do corpus envolve

[...] produtos que expressam discursos sobre fenômenos e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos”, no qual “[...] seleciona-se uma amostra capaz de produzir resultados válidos e representativos em relação aos fenômenos investigados (Moraes, p.194 2003).

Essas informações auxiliaram na compreensão de como o discurso neoconservador esteve, e ainda está, presente nos discursos dos parlamentares que representam a direita

conservadora no país, objetivo da presente pesquisa. O período escolhido foi desde 2016, quando o projeto ESP proposto por Malta e apoiado pelos demais parlamentares foi votado no congresso e o debate sobre a proposta estava constante e acalorado.

Como já mencionado, o corpus dessa análise foram as mensagens transmitidas via redes sociais. Algumas dessas mensagens não tinham significados fixos, mas tem significantes que requerem interpretação baseada em abordagens teóricas advindas dos referenciais citados no primeiro capítulo e que serão utilizadas posteriormente.

Como mencionado anteriormente, o corpus do texto foi retirado das redes sociais dos parlamentares escolhidos. No Twitter, o levantamento foi feito através de palavras-chaves, que foram únicas ou complementares, na ferramenta de “busca avançada” da plataforma. Nesta ferramenta, os termos pesquisados deveriam estar entre parênteses, separados pela conjunção em inglês “OR”, escrita em caixa alta. Ao selecionar o remetente do tweet, ou seja, quem o escreveu, colocou-se no mesmo espaço, também entre parênteses, o termo em inglês “from:” e em seguida a menção da pessoa, caracterizada pelo “@”. Os remetentes, no caso deste trabalho, são identificados como: @anacampagnolo, @magnomalta e @marcofeliciano, e as palavras-chave utilizadas foram: Educação; Doutrinação; Ideologia; Gênero; Socialismo/Socialista; Comunismo/Comunista; Feminismo/Feminista; Moral; Família e Tradicional. Com o auxílio dessa ferramenta, pode-se encontrar tweets com maior precisão, o que tornou a busca pelos mais antigos, de 2016 mais palpável, diferentemente do que ocorreu com o Instagram.

No Instagram, a ferramenta de busca não funciona com tanta precisão, considerando que o foco principal da plataforma são as imagens e vídeos. Desse modo, o levantamento foi feito no próprio perfil dos parlamentares, identificados da mesma forma que no Twitter. Ao entrar no perfil selecionado, a busca foi realizada observando as publicações, uma por uma, que já continham na imagem o indicativo do que se tratava. Assim, reduziu o número de postagens selecionadas para análise, considerando que a quantidade de publicações é muito maior, e também que este trabalho não visa esgotar todos os discursos realizados pelas personalidades escolhidas.

Após a seleção do corpus, os textos foram desmontados para identificar suas partes constituintes, destacando os elementos específicos, fragmentando os textos até que eles resultassem em unidades de análise de tamanhos variados. Estas, definidas com base nos objetivos da pesquisa, constituíram-se em categorias *a priori*, já as emergentes são categorias identificadas durante o processo da análise pela organização das unidades.

Nesse processo, foi realizado o segundo estágio do ciclo de análise, em que foram estabelecidas relações através das categorias analíticas, levando a uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos investigados. As categorias são peças-chave na construção do metatexto da análise, base para descrições e interpretações. No caso deste trabalho, a categoria analítica principal é o neoconservadorismo, tendo como subcategorias *a priori* a “ideologia de gênero”, e a “doutrinação marxista” nas escolas. Essas subcategorias, como visto no capítulo anterior, são pautas centrais que caracterizam o neoconservadorismo que reverberam na educação. Durante o levantamento realizado, duas novas categorias surgiram: o “*Homeschooling*: a Moral vem de casa” e a “‘Escola cívico-militar’: do menor Estado à maior Disciplina”, que emergiram não pela frequência das postagens, mas pela relevância dos temas, que tramitam como projetos de lei nas esferas municipal, estadual e federal.

Deste modo, neste trabalho foi realizada uma abordagem mista, combinando categorias definidas *a priori* e categorias emergentes, com ajustes baseados na análise. As categorias *a priori* foram definidas previamente e funcionam como "caixas" onde as unidades de análise são organizadas, sob o método dedutivo. O outro método desenvolvido foi o método indutivo e intuitivo, que foram desenvolvidos a partir da percepção que surgida durante a análise, formando as categorias emergentes.

O processo de categorização na ATD está intrinsecamente ligado a teorias subjacentes. As categorias foram construídas a partir de um referencial teórico, tendo por base conceitos amplos que possibilitam a compreensão dos fenômenos, envolvendo um rigoroso processo de estabelecer relações entre as unidades. As argumentações produzidas em torno das categorias foram essenciais para a essa pesquisa qualitativa, substituindo números por argumentos que sintetizam e aglutinam as subcategorias e unidades de análise.

Por fim, o último passo da ATD, foi a construção de metatextos analíticos que expressam os sentidos extraídos do *corpus*, com o auxílio da elaboração da categoria e subcategorias resultantes da análise, representando uma forma de compreender e teorizar os fenômenos estudados. O processo de construção do metatexto envolveu a descrição e a interpretação, sendo que a primeira refere-se à exposição direta dos sentidos dos textos analisados por meio das categorias construídas, enquanto a segunda envolveu a construção de novos sentidos e compreensões, afastando-se das leituras imediatas dos textos.

Assim, a ATD envolveu a criação de metatextos descritivo-interpretativos para expressar os novos entendimentos obtidos a partir da imersão nos dados que foram aqui apresentados e desenvolvidos, o que ampliou a compreensão dos fenômenos investigados,

resultando em um processo construtivo. Tanto a interpretação quanto a inferência são formas de teorização, com a construção de novas teorias a partir dos dados. Os metatextos foram construídos a partir do grau de importância que cada parlamentar colocou para o assunto, bem como o desenvolvimento do mesmo em projetos a nível nacional, para que pudesse ser compreendido então o impacto desses discursos em não só em suas redes sociais, mas também em práticas gerais.

## 2.2 Da formação do sujeito à formulação discursiva

### 2.2.1 Ana Campagnolo

Filha de Job Campagnolo e Maria Raquel Teixeira Campagnolo, Ana Caroline Campagnolo<sup>5</sup> nasceu em Itajaí, cidade litorânea de Santa Catarina, em 26 de novembro de 1990. Casada com Thiago Galvão, com quem teve a filha Catarina, Campagnolo é uma figura de destaque no cenário político conservador com multifacetadas atividades como política, professora e historiadora, encontrando filiação no Partido Liberal (PL). Possui um sólido histórico educacional, com formação em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), obtendo o título em 2011. Adicionalmente, acumula cursos de formação complementar, incluindo Informática Básica Industrial pelo SENAI em 2006, Curso Básico em Teologia pela Escola Teológica Pastor Osmar Cabral em 2007 e Capacitação em Projetos Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2012.

Antes de sua entrada na política, Campagnolo teve uma trajetória diversificada em atividades profissionais. Em Chapecó, Santa Catarina, ocupou posições como estoquista na China Mex, uma empresa de indústria e comércio, de 2008 a 2009. Além disso, exerceu o cargo de Secretária Executiva na Associação Polo Tecnológico do Oeste Catarinense durante o período de 2009 a 2010. No campo da educação, desempenhou funções de professora em várias escolas de educação básica, incluindo a Escola de Educação Básica Pedro Maciel (2011), a Escola Mário Quintana (2012) e a Escola de Educação Básica Professora Luiza Santin (2013).

No âmbito acadêmico, a experiência de Campagnolo ganhou complexidade quando ela foi selecionada para o mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina

---

<sup>5</sup> Informações retiradas das páginas: <https://www.alesc.sc.gov.br/deputados/ana-campagnolo-?page=2e> e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana\\_Caroline\\_Campagnolo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_Caroline_Campagnolo)

(UDESC) em Florianópolis, em 2013. Seu projeto de mestrado, intitulado "Virgindade e Família: mudança de costumes e o papel da mulher percebido através da análise de discursos em Inquéritos Policiais da Comarca de Chapecó (1970-1988)", abordou questões relativas à análise de discursos e costumes da sociedade local. Neste contexto, teve a orientação da professora Marlene de Fáveri, especializada na área de História e Relações de Gênero. Entretanto, Campagnolo encontrou obstáculos durante essa fase, enfrentando mudanças na orientação e resultados adversos em relação à apresentação de seu trabalho, o que resultou em sua reprovação. Posteriormente, em julho de 2016, ela decidiu processar sua ex-orientadora, acusando-a de perseguição ideológica e discriminação religiosa. Contudo, a sentença do processo foi favorável à orientadora, sendo considerada improcedente. Esse acontecimento foi identificado pela parlamentar como uma “doutrinação” realizada pelas instituições de ensino, o que reverberou em seu posicionamento político na educação e em projetos de lei propostos pela mesma.

Paralelamente a sua trajetória acadêmica, Campagnolo inseriu-se no cenário político, Campagnolo candidatou-se pelo Partido Social Liberal (PSL), ao cargo de deputada à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), elegeu-se com 34.825 votos e tomou posse para a 19ª Legislatura (2019-2023). É membro das seguintes Comissões Permanentes: Constituição e Justiça; Educação, Cultura e Desporto; Ética e Decoro Parlamentar.

A parlamentar foi relatora adjunta da Comissão Especial da ALESC (constituída pelo Ato da Presidência-DL 23/2020, de 22/9/2020) responsável pela análise e emissão de parecer sobre a denúncia por crime de responsabilidade, contra o Governador do Estado, Carlos Moisés, nos seguintes fundamentos: irregularidades na compra dos 200 respiradores junto à Veigamed; prestação de depoimento falso à CPI dos Respiradores; destinação de crédito extraordinário e simultâneo lançamento de Edital viciado para instalação e operação de hospital de campanha em Itajaí/SC e omissão na adoção de procedimentos administrativos para responsabilizar os ex-secretários de Estado da Saúde e da Casa Civil; sigiloso e ilegal empenho de verba de equivalência aos procuradores do Estado; retirada imotivada do projeto de Reforma da Previdência; e tentativa de supressão do duodécimo pelo Executivo; e contra a Vice-Governadora, Daniela Reinehr, nos seguintes fundamentos: negligência à conservação do patrimônio público catarinense, na supervisão do planejamento e do sistema de orçamento, e à arrecadação das rendas, impostos e taxas, nos casos de acompanhamento/fiscalização do processo que resultou na compra dos 200 respiradores; e omissão quanto ao pagamento da

verba de equivalência aos procuradores do Estado, na tentativa de contratação do hospital de campanha em Itajaí/SC, na retirada, pelo Executivo, da Reforma da Previdência e na supressão do duodécimo do Executivo - REP Nº 0002.6/2020 – Processo Nº 6919/2020 - segundo impeachment: tramitou de 10/8/2020 a 7/5/2021.

Em 2020, a Deputada Campagnolo apresentou, em conjunto com o Deputado Maurício Eskudlark (PL), denúncia por crime de responsabilidade contra o Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva, que tinha como objeto: Decretos restritivos em função da Covid-19, instalação do Hospital de Campanha de Itajaí, compra de 200 respiradores artificiais e outros. Foram também autores da denúncia os cidadãos Jeferson da Rocha e Newton Patrício Crespi. Em novembro de 2020, a deputada assumiu o cargo de Líder do PSL no Parlamento Catarinense, em substituição ao Deputado Sargento Lima. Em 2022 Campagnolo foi reeleita como Deputada Estadual de Santa Catarina pelo PL, obtendo 196.571 votos, tornando-se a mais votada até então.

Vinda de família conservadora e cristã protestante, no campo ideológico, Campagnolo manifesta convicções conservadoras, apoia o *homeschooling*, o Movimento Escola Sem Partido e a educação “livre de doutrinação”. Participa também de movimentos antifeministas e é autora de obras como "Feminismo: Perversão e Subversão", "Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas" e "Ensino Domiciliar na Política e no Direito". Discípula e amiga do professor já mencionado Olavo de Carvalho, Ana ministra cursos online para todo o Brasil, baseados em sua ideologia como: Clube Campagnolo, Clube Antifeminista e Clube Brasil. Em seu Site oficial, a parlamentar descreve seu curso como: “O Clube Campagnolo é uma plataforma de educação política que mescla os conceitos de Curso Online com Clube de Leitura, contando com mais de 3 mil alunos matriculados na primeira edição. O Clube Campagnolo 2.0 é o segundo semestre de aulas, contando com 6 títulos básicos além de diversos materiais complementares.”.

Sua atuação política também gerou controvérsias, como o episódio em que solicitou a alunos que denunciassem docentes envolvidos em manifestações político-partidárias ou ideológicas. Essa ação resultou em uma ação legal promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina.

### 2.2.2 Magno Malta

Nascido em Macarani, Bahia, em 16 de outubro de 1957, Magno Pereira Malta <sup>6</sup>é um senador reeleito em 2022 pelo Espírito Santo, e um pastor evangélico que traz à tona sua orientação moralista e conservadora em seu papel na política. Sua trajetória começou como vereador em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, em 1993. No ano subsequente, em 1994, ele foi eleito deputado estadual com 10.997 votos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Avançando em sua carreira política, em 1998, ele se tornou deputado federal, conquistando 54.754 votos pelo mesmo partido. Durante esse mandato, Malta liderou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Tráfico de Drogas. Em 2002, foi eleito senador pelo Partido Liberal (PL), anteriormente conhecido como Partido da República (PR), recebendo um total de 867.434 votos. Como senador, ele presidiu a Comissão de Investigação de Abuso Sexual Infantil no Senado. Além de suas afiliações ao PTB e ao PL, também esteve associado ao PMDB em 1995 e ao PST em 2001, mas atualmente é membro do PL.

Em seus atos e discursos políticos, Malta representa fortemente o neoconservadorismo, propagando ideais econômicos liberais e o moralismo conservador. Em 2010, ele se destacou nas eleições senatoriais, sendo reeleito com 1.285.177 votos (36,76% dos votos válidos) pelo estado do Espírito Santo. No ano de 2016, Magno Malta foi um dos defensores do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Em seu discurso de agosto de 2016, ele fez uso da frase "a arrogância precede a ruína", comparando o término do mandato de Rousseff a um "enterro de indigente" e, de forma marcante, concluiu seu discurso cantando "rumo a Porto Alegre e adeus". Durante seu voto favorável ao impeachment, ele ainda alegou que Dilma "entregou o Brasil a Cuba", ressaltando seu posicionamento neoconservador que tem o anticomunismo como uma de suas pautas. Em dezembro de 2016, ele votou a favor da Emenda do Teto dos Gastos Públicos, que congelou por 20 anos os gastos destinados à educação. Além disso, em julho de 2017, apoiou a reforma trabalhista, outra medida alinhada com sua orientação neoconservadora. Uma de suas atribuições notáveis que reafirma sua postura moralista e religiosa, é a relatoria da Sugestão Legislativa Nº. 15 de 2014, que busca regulamentar a interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 12 semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A sugestão foi debatida em seis audiências públicas e contou com o apoio de mais de 20.000 internautas para ser discutida na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Embora 51% da população seja

---

<sup>6</sup>Informações retiradas do site: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Magno\\_Malta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Magno_Malta)

favorável à proposta, o relatório do senador recomendou sua rejeição.

Em um discurso no plenário do Senado em 2007, Magno Malta expressou sua oposição ao Projeto de Lei 122 de 2006, apresentado pela deputada Iara Bernardi. Esse projeto visava criminalizar a homofobia, mas Malta contestou a abordagem, afirmando que pastores e padres poderiam ser punidos por impedir "gestos afetivos" entre homossexuais dentro das igrejas. Ele foi mais longe ao argumentar que, se homossexuais estivessem envolvidos em "atos sexuais sob sua janela", qualquer um que criticasse seu "gesto afetivo" seria preso.

Entre seus atos que geraram polêmica e controvérsia, está a pauta que alavancou sua reeleição no ano de 2010. Seu posicionamento frente a CPI da pedofilia e a CPI do narcotráfico receberam críticas contundentes de líderes religiosos, incluindo pastores evangélicos e membros da alta hierarquia da Igreja Católica no seu estado. Eles foram além ao emitir uma carta de protesto que expressava a sua discordância quanto à transformação da dor, humilhação e sofrimento das crianças e adolescentes afetados pelo abuso sexual e tráfico de drogas e armas em um espetáculo político para angariar votos. O parlamentar está envolvido em diversos crimes de corrupção, que não cabem serem citados neste trabalho.

No campo educacional, Magno Malta foi o responsável pela criação da PLS 193/2016, que coloca como lei o até então programa e movimento Escola Sem Partido, o qual o Senador defende até os dias atuais. O parlamentar é também um grande defensor da implementação das escolas cívico-militar em todo o país, reiterando a proposta neoconservadora na educação.

### 2.2.3 Marco Feliciano

Marco Antônio Feliciano<sup>7</sup>, nascido em Orlândia em 12 de outubro de 1972, é um líder religioso e político brasileiro. Ele é um pastor evangélico conhecido por fundar e liderar a Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal associada à Assembleia de Deus. Feliciano também é filiado ao Partido Liberal (PL) e tem uma trajetória política notável. Sua formação é de técnico em Contabilidade e bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia de Boa Vista (Fatebov) e concluiu um doutorado em "Divindade/Artes da Teologia" pelo International Seminary Hosanna and Bible School, localizado na Flórida, Estados Unidos. Originário de um contexto humilde, Feliciano começou a pregar aos 19 anos de idade, mas

---

<sup>7</sup> Informações retiradas do site: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco\\_Feliciano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Feliciano)

apenas aos 27 foi reconhecido pela igreja Assembleia de Deus, recebendo a ordenação de pastor. Sua posição religiosa gerou várias controvérsias quando vídeos dos seus cultos foram divulgados, onde o pastor pede a senha dos cartões de crédito dos fiéis, fala sobre “vingança divina” e propaga a intolerância à diversidade e a religiões de matriz africana. Além de ser pastor, Marco Feliciano também atua como empresário, e é autor de 18 livros.

Atuou na esfera política como membro do Partido Social Cristão (PSC), sendo eleito nas eleições parlamentares de 2010 com um total de 212 mil votos. Essa votação o colocou como o segundo político evangélico com maior número de votos no país. No decorrer de sua trajetória política, Feliciano abraçou abertamente uma postura conservadora a favor da moral e da “família tradicional”. Em 2013, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, nomeação realizada pelo PSC. Essa escolha gerou controvérsia, levando a uma eleição em que se destacou por 11 votos a favor e um em branco, já que os deputados Domingos Dutra (PT), Erika Kokay (PT), Jean Wyllys (PSOL), Luiz Couto (PT-PB) e Luiza Erundina (PSB) deixaram a sessão por discordarem da indicação do pastor por considerarem que não estava alinhada com os objetivos da comissão. No mesmo ano, a CDHM aprovou uma medida para realizar todas as suas reuniões a portas fechadas com o objetivo de "manter a ordem necessária". Essa decisão surgiu após uma série de protestos nas sessões anteriores da comissão presidida por Feliciano, sendo que dois manifestantes foram detidos por ordem dele, um deles após chamá-lo de "racista".

Ao longo de sua presidência, Marco Feliciano fez várias tentativas de aprovar um projeto que revogasse partes de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a qual impedia os profissionais de psicologia de colaborarem com eventos e serviços que oferecessem tratamento para a homossexualidade e proibia manifestações que reforçassem preconceitos sociais em relação aos homossexuais. Durante uma sessão com baixa presença, a CDHM conseguiu aprovar a proposta, popularmente chamada de "cura gay". O deputado Anderson Ferreira, relator do projeto, argumentou que as resoluções do CFP restringiam a "liberdade de pensamento e manifestação" dos profissionais da psicologia. Entretanto, a aprovação desse projeto gerou uma intensa controvérsia e o deputado Simplício Araújo foi o único a votar contra essa proposta. O representante da CEP e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também repudiaram a aprovação do projeto, alegando que esse era "mais um dos absurdos cometidos pela chamada Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados", além de destacarem que esse posicionamento é fundamentalista e, ao contrário

do que seria o dever da CDHM, fere os Direitos Humanos.

A escolha de Feliciano para liderar a CDHM causou um grande alvoroço e controvérsia, devido às declarações provocativas que o deputado costuma emitir, bem como sua defesa da castração química para agressores sexuais. A Anistia Internacional, em uma nota pública, criticou as posturas discriminatórias de Feliciano em relação a grupos como negros, LGBTQIAP+ e mulheres, considerando sua nomeação como inaceitável para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Proteção de Minorias. Um abaixo-assinado no site Avaaz.org reuniu mais de 450 mil assinaturas pedindo a renúncia de Feliciano da presidência da CDHM. A mobilização incluiu uma campanha intitulada "Feliciano não me representa", além de mais de 150 líderes evangélicos assinarem uma carta aberta se opondo à nomeação do deputado.

Na 55ª Legislatura, Marco Feliciano conquistou sua reeleição como deputado federal em 2014, servindo durante o período de 2015 a 2019. Assim como o Deputado Magno Malta, reforçando seu posicionamento neoconservador, ele apoiou o processo de impeachment de Dilma Rousseff, votando a favor dessa medida. Durante o governo de Michel Temer, ele se posicionou a favor da PEC do Teto dos Gastos Públicos e demonstrou apoio à Reforma Trabalhista. Em uma entrevista à BBC Brasil, Feliciano qualificou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um torturador condenado, como "um herói". Em 2014, o deputado Feliciano fez um discurso na Câmara dos Deputados em defesa do blogueiro Olavo de Carvalho, reagindo às críticas que este último havia recebido por meio das redes sociais. No seu pronunciamento, o deputado se referiu incorretamente a Olavo como "doutor" e o descreveu como "um dos principais filósofos do Brasil". No mesmo ano, Feliciano apresentou no Congresso Nacional um projeto de lei controverso que buscava tornar obrigatório o ensino do criacionismo cristão nas escolas públicas e privadas do Brasil, em detrimento da teoria da evolução, que é amplamente aceita pela comunidade científica internacional. No entanto, mais tarde foi revelado que esse projeto era uma cópia de uma proposta apresentada em 2007 na Assembleia Legislativa do Paraná pelo deputado estadual Artagão Junior.

Além das críticas recebidas por ferir os Direitos Humanos, Feliciano também foi criticado por suas manifestações misóginas, racistas, homofóbicas, de intolerância religiosa e recebeu acusações de estupro, agressão e corrupção, o que não cabe, para o objetivo da pesquisa, destrinchar neste capítulo.

Tendo em vista o contexto e a trajetória política desses parlamentares, no capítulo 3 serão analisados seus discursos nas redes sociais, utilizando a ATD.

### 3. FERRAMENTAS DISCURSIVAS INSTITUCIONAIS: OS MEIOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

#### 3.1 As redes sociais como meio de propagação do pensamento neoconservador

Para fazer a Análise Textual Discursiva dos textos publicados pelos parlamentares, assim como mencionado anteriormente no segundo capítulo, foi realizado um levantamento nos perfis oficiais dessas personalidades no Instagram e Twitter. Essas redes foram escolhidas pelo seu grande alcance, e pelos números significativos de seguidores que os parlamentares têm em cada uma delas. Com a ferramenta de busca avançada do Twitter, foi possível encontrar as palavras-chave que compõem as unidades do primeiro ciclo da análise e fazer essa busca desde o ano de 2016. As referidas palavras-chave dizem respeito à pautas centrais da ideologia neoconservadora e a questões educacionais, de acordo com o objetivo da pesquisa. São elas: Escola; Educação; Doutrinação; Ideologia; Gênero; Socialismo/Socialista; Comunismo/Comunista; Feminismo/Feminista; Moral; Família e Tradicional. Cabe destacar que a acentuação da palavra não altera o resultado da busca, bem como o uso do plural.

No momento da pesquisa<sup>8</sup>, o Twitter da Deputada Estadual Ana Campagnolo (@anacampagnolo) estava desativado, o que não possibilitou a disponibilidade dos conteúdos. Neste caso, os textos selecionados nessa plataforma correspondem apenas às publicações do Senador Magno Malta (@magnomalta)<sup>9</sup> e do Deputado Federal Marco Feliciano (@marcofeliciano)<sup>10</sup>. O primeiro possui conta na plataforma desde 2013, e contabiliza mais de 1,2 milhões de seguidores, enquanto o segundo, que está na plataforma desde 2009, possui pouco mais de 934,4 mil seguidores. A tabela com o levantamento realizado na busca avançada do Twitter é composta pelos seguintes resultados:

	Magno Malta	Marco Feliciano
--	-------------	-----------------

<sup>8</sup> As plataformas foram acessadas dia 16 e 17 de agosto de 2023

<sup>9</sup> Acesso: [https://twitter.com/MagnoMalta?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/MagnoMalta?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor)

<sup>10</sup> Acesso:

[https://twitter.com/marcofeliciano?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/marcofeliciano?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor)

Doutrinação	04	14
Ideologia	10	59
Gênero	12	59
Socialismo/Socialista	02	25
Comunismo/Comunista	05	97
Feminismo/Feminista	01	09
Moral	13	41
Família	53	Mais de 250 posts
Tradicional	07	21

**Tabela 3:** Menções publicadas nos perfis do Twitter de @magnomalta e @marcofeliciano desde 2016

No que diz respeito ao Instagram, os três parlamentares são ativos na plataforma, fazendo postagens com uma frequência praticamente diária e, às vezes, até mais de uma vez por dia, como evidenciado durante a pesquisa. Nessa rede social, Campagnolo (@anacampagnolo)<sup>11</sup> conta com uma base de seguidores de 1,4 milhões, enquanto Malta (@magnomalta)<sup>12</sup> possui uma audiência de 1,8 milhões e Feliciano (@marcofeliciano) é acompanhado por um expressivo público de 2,6 milhões de pessoas. Devido à ausência de uma opção de busca avançada e à natureza visual das publicações em formato de vídeos e imagens, a coleta de dados no Instagram foi restrita ao período a partir do início de 2022. A seleção das postagens foi baseada na análise das thumbnails<sup>13</sup> utilizadas nas postagens, com um foco particular nas imagens e nas palavras, que condizem com o objetivo desta pesquisa) destacadas nelas. Nesta seleção, a pesquisa foi feita através de categorias, como: Educação e Escola; Feminismo; Comunismo; Ideologia e Doutrinação; Família e Gênero. Isso porque, o fenômeno do neoconservadorismo possui como características herdadas do conservadorismo como a proteção da família tradicional e o anticomunismo, somada às novas características que envolvem a ideologia, questões de gênero e o antifeminismo. Para cumprir o objetivo dessa pesquisa, a análise da categoria que envolve educação e escola também se faz fundamental.

É preciso ressaltar que o perfil do Instagram do pastor e deputado Marco Feliciano

<sup>11</sup> Acesso: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt-br>

<sup>12</sup> Acesso: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt-br>

<sup>13</sup> São as miniaturas de imagens, compostas por texto e imagens, que aparecem na página inicial do Instagram.

não se destina majoritariamente à política, mas sim a pregação e compartilhamento de versículos da Bíblia. Por esse motivo, serão analisadas apenas suas publicações no twitter, que contém vídeos e textos abordando os assuntos cabíveis para esta pesquisa. Desta forma, o quadro que compõe os resultados da busca realizada no Instagram se configura da seguinte maneira:

	Ana Campagnolo	Magno Malta
Educação e Escola	20	19
Doutrinação e Ideologia	06	10
Família	08	20
Gênero	14	24
Feminismo	32	3
Comunismo	07	12

**Tabela 4:** Menções publicadas nos perfis do Instagram de @anacampagnolo de @magnomalta e desde 2022

Ao início da análise, faz-se necessário retomar o referencial teórico, que originou as categorias analíticas deste trabalho. Como mencionado no primeiro capítulo, o neoconservadorismo tem como característica o anticomunismo, a defesa de uma economia liberal, sem a intervenção do Estado e a moralidade e tradicionalismo como elemento conservador. Atrelado a isso, de acordo com Pierucci (1989) as questões sexuais e da família se uniram às pautas anteriormente mencionadas, tendo como um dos maiores inimigos, o feminismo, que aborda além da igualdade entre homens e mulheres, problemáticas de gênero. Essa corrente política e ideológica tomou força em diversos países ao redor do mundo, principalmente na década de 80, ainda que expressões desse fenômeno já tivessem sido identificadas desde a década de 60, como resposta às lutas progressistas. No Brasil, a onda conservadora começou a tomar forma a partir dos protestos de 2013, com a polarização e ultrapartidária, sendo reforçada por acontecimentos subsequentes como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a crise econômica relacionada ao PT e o fortalecimento político dos grupos evangélicos, que se opuseram à agenda progressista da esquerda brasileira, que defende os grupos considerados minorias, como os LGBTQUIAP+, negros, e mulheres. Como fatores externos, a eleição de Donald Trump nos EUA em 2016 e o levante de partidos

neoconservadores em países da Europa, também ajudaram a alavancar essa política no país, consolidada de fato com a eleição de 2018, favorável ao ex -presidente Jair Messias Bolsonaro.

O movimento neoconservador no país é composto por diversos grupos, mas, majoritariamente, está refletido nas atividades e discursos da ala cristã da direita política, principalmente a vertente evangélica. Este grupo defende a preservação da chamada "família tradicional", heterossexual e patriarcal, como contraposição a qualquer avanço progressista. A luta contra o aborto, o porte legal de armas e o controle da esfera educacional de acordo com a moral e o tradicionalismo, são alguns dos tópicos defendidos por políticos que dizem com orgulho ser conservadores e defensores de uma pátria digna, como um dia já existiu. Como já exposto previamente neste trabalho, diversos movimentos e projetos de leis com ênfase na educação foram realizados, como o Movimento Escola Sem Partido, as reformas na BNCC, a reforma do Ensino Médio, o ensino domiciliar, entre outras que envolvem também não só a questão ideológica, mas também os pontos liberais de cortes ou redução de gastos na educação pública.

Nesta análise, um fator comum já conhecido entre os parlamentares selecionados, é o posicionamento conservador, e a defesa do ESP, que, inclusive, se tornou um projeto de lei criado pelo Senador Magno Malta. Retomando o que foi exposto anteriormente, o ESP é movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular (Macedo, 2017). Dentre os os diversos pontos colocados pelo ESP, os assuntos que mais se destacam e chamam a atenção são a luta contra a “doutrinação marxista”, e a chamada “ideologia de gênero” (Miguel, 2016). Desse modo, a análise deste trabalho terá como categoria analítica *a priori* esses dois pontos, através dos discursos dos políticos supracitados.

### 3.2 O combate a “Ideologia de Gênero”: o silenciamento da pluralidade

Joan Scott é uma historiadora estadunidense nascida em 1941, renomada por seus estudos feministas e de gênero. Considerando sua literatura, a noção de gênero necessita ser entendida como a organização social das diferenças sexuais, ou seja, um saber que constrói interpretações a respeito das diferenças corporais. Gênero então, nesse sentido, é uma variável da organização social entre muitas que elucida arbitrariedades intrincadas na

sociedade (Scott, 1999). Segundo a autora:

O termo 'gênero' faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (Scott, 1995, p. 85).

Quando atrelado à política, o termo gênero recebe uma atribuição de poder. Sua categoria é disputada por dois grupos, os progressistas e historicamente marginalizados - como as mulheres no movimento feminista e os LGBTQIAP+; e os setores mais conservadores da sociedade - compostos primordialmente pelos religiosos, que têm como discurso principal a ideia de que os membros de uma esquerda perversa estão tentando disseminar uma “ideologia de gênero”. Esse discurso é mobilizado para desqualificar os estudos sociais de gênero e despolitizar questões históricas, de lutas, em detrimento do tradicionalismo e das relações de poder. De acordo com Miguel (2016), foram os conservadores católicos dos EUA na década de 1990 os responsáveis por trazer o conceito de “ideologia de gênero” como uma questão subversiva, que feria os ideais bíblicos e divinos. Eles encontraram nesta pauta uma forma de manter seu poder hierárquico sobre as questões progressistas que estavam ganhando notoriedade na época.

Assim, de uma maneira aparentemente paradoxal, a Igreja trabalha para reforçar seu papel político na medida em que busca despolitizar determinadas questões, chamando-as para a esfera em que sua autoridade é aceita como mais legítima, a esfera da moral. (Miguel, 2016).

No Brasil, a primeira menção à ideologia de gênero foi feita em 2011 no livro do autor argentino Jorge Scala, intitulado “Ideologia de Gênero: Neototalitarismo e morte da família”, no qual, segundo Scala, ideologia de gênero seria um corpo de ideias sobre gênero que manipularia a linguagem social e uma "pseudoantropologia feminista com pretensões à 'reengenharia social' planetária" (Scala, 2011, p. 46). O sentido de ideologia propagado pelo autor é o mesmo utilizado por setores conservadores, que a entendem como um conjunto de crenças falsas que visam acabar com a moral.

Pode-se observar então, que desde o surgimento dessa temática, os defensores da pauta - no Brasil caracterizados majoritariamente por evangélicos e católicos dentro e fora da política - afirmam que há o anseio por parte das políticas progressistas em reorganizar a estrutura social, quebrando os parâmetros religiosos, morais e convencionais historicamente

construídos.

Bem como os passos do neoconservadorismo, a defesa da moral contra essa ideologia se deu inicialmente no campo ideológico, seguindo para o campo político. Considerando que há uma grande disputa no campo educacional, travada entre setores conservadores e progressistas sobre como deve ser realizada a educação pública e privada no país, um movimento em específico levantou a bandeira dos grupos religiosos em campanha para a eliminação de diretrizes de gênero na educação. O ESP, como mencionado anteriormente, tomou como um dos focos centrais o combate à ideologia de gênero como uma prioridade dentro das escolas brasileiras. A partir do levantamento realizado nas redes sociais, pode-se observar a repercussão desse fenômeno atrelado a uma ideia de ideologia de gênero. As palavras “gênero” e “ideologia” foram levantadas separadamente, mas o resultado final da pesquisa demonstra que na maior parte dos posts, elas estavam atreladas. No Twitter de Magno Malta, no período determinado para a realização da análise, foram encontradas 10 menções à ideologia, e 12 menções à gênero. Já no perfil de Feliciano, na mesma plataforma, o número de vezes que essas palavras aparecem se repete, sendo publicados 59 posts sobre ambas as palavras.

Dentre as unidades que se aglutinam em torno da categoria de ideologia, e de gênero, os trechos selecionados servem para caracterizar o posicionamento dos parlamentares frente a essa questão. Os trechos a seguir foram retirados de vídeos compartilhados por eles no Twitter:

[...]Nós, Frente Parlamentar Mista e da Família, Frente da Família, na Câmara, os deputados, católicos, evangélicos, espíritas, aqueles que acreditam em família como nós e que sabem que a ideologia de gênero é uma tentativa de criar uma nova ordem social, desmerecendo valores e tentando destruir a chamada família tradicional, que nós cremos, que é família nos moldes de Deus, macho e fêmea como Deus criou. Ideologia de gênero não é nada, como vocês sabem.... não é. Você nasce um vegetal e você escolhe depois o que você quer ser, se menino ou se menina. Essa aberração, não é? Essa anomalia, essa mula de sete cabeças que tentaram criar! E estava na Base Curricular, na nova base. E nós fizemos uma grande luta , nos reunindo com o Ministro Mendonça Filho, que nos atendeu, que entendeu , que estudou junto conosco, que viu as razões e os malefícios disso. Nos reuniu com o Presidente da República , que viu duas ou três reuniões com o Presidente da República e ela (a BNCC) agora sai sem ideologia de gênero[...] (Matla, 21/12/2017)

Atenção meus irmãos e irmãs em cristo, pais e mães de todo o Brasil [...] O STF, no próximo dia 11, pode retirar o direito dos pais sobre a educação de seus próprios filhos. [...] que pretende obrigar as escolas de todo o país a adotarem os princípios de que: pessoas não nascem homens ou mulheres, a chamada ideologia de gênero, e isso tudo é uma gravidade sem precedentes. E eu quero aqui fazer um apelo. Ensinar obrigatoriamente, escolas, conteúdos morais que destoam do senso da população e que sejam completamente desprovidos de qualquer comprovação científica, porque

esse é o caso ideologia de gênero, seria uma odiosa violência do Estado quanto a liberdade de consciência e crença do cidadão brasileiro. Há preconceitos no Brasil? Sim, há. Eu não nego, mas preconceito não se combate com a propagação de mentiras sem fundamento científico como é o caso da ideologia de gênero. Preconceito se combate por meio do ensino da verdade, que todos os homens são livres para fazer suas escolhas dentro dos limites da lei e que por isso não podem ser discriminados, é o que diz a constituição federal. Eu, pessoalmente, entendo que somos criados livres por um Deus amantíssimo, por um Deus que respeita o livre arbítrio de suas criaturas, mesmo que muitas vezes se entristeça com as escolhas dela, como está escrito na santa palavra, a Bíblia. O que não faz ele deixar de amá-las. Deus manda amar a todos, sem nenhum tipo de preconceito [...] Quero convocar pais e mães de família para protegermos e blindarmos as nossas crianças dessas tentativas absurdas de aprovarem as ideologias de gênero [...] vamos mostrar a força da família conservadora cristã brasileira, vamos fazer essa mensagem chegar ao maior número de pessoas possível, para que possamos mobilizar um exército. NÃO A IDEOLOGIA DE GÊNERO [...] Não mexam com as nossas crianças, deixem as nossas crianças em paz. Deixo aqui um abraço a todos e que Deus tenha misericórdia desta nação. (Feliciano, 03/04/2021)

Pode-se observar, no discurso destes dois parlamentares, o repúdio e a preocupação que eles emitem ao falar sobre a ideologia de gênero. Em ambas as falas, o teor apelativo à religião - demonstrado pelo uso de jargões cristãos - e a constante referência a Deus, demonstram não apenas seus posicionamentos como pastores, mas também o posicionamento do público o qual eles desejam atingir. A defesa à “família tradicional, que nós cremos, que é família nos moldes de Deus, macho e fêmea como Deus criou”, a “família conservadora cristã brasileira”, é central no posicionamento dos políticos, reforçando o conservadorismo defendido por eles. Essa influência está alinhada com o que Luis Felipe Miguel compreende sobre a nova direita conservadora brasileira, a qual tem o fundamentalismo religioso como um de seus pilares centrais. Para Miguel, o fundamentalismo é caracterizado pela aceitação inquestionável de uma verdade revelada, o que suprime qualquer possibilidade de debate, e seus adeptos se opõem a concepções inclusivas de família (Miguel, 2016).

A publicação de Feliciano vai além da política, apelando fortemente à religião. O tom de voz empregado pelo pastor, é o mesmo que ele utiliza em suas pregações, também encontradas em suas redes sociais. Ainda que algumas palavras utilizadas por ele remetam a mensagens de amor e respeito à diversidade, o contexto geral no qual elas são aplicadas enfatiza a sua falta de empatia e conhecimento sobre o tema. Ao colocar a verdade de Deus sobre todas as coisas, para ignorar os estudos de gênero na escola, afirmando que as pessoas merecem saber da verdade e assim serem livres, a contradição se torna evidente. Como atingir a liberdade se todos os caminhos não são ensinados? Como oprimir um menino que quer brincar de boneca afirmando que “isso não é coisa de menino, porque Deus disse”, sem explicar papel de gênero trás liberdade ao indivíduo? Não seria essa a violência do Estado à

consciência do cidadão, a qual ele menciona como argumento contrário? Não seria a “ideologia de gênero”, para ele, combatida, com a ideologia cristã?

Essas discussões e questionamentos reforçam a relação entre objetividade e subjetividade que está presente na Análise Textual Discursiva. De acordo com Moraes e Galiuzzi (2011), o movimento que se estabelece entre esses pólos constitui-se como características das análises textuais, de modo que Análise Textual Discursiva possui uma inclinação aos aspectos subjetivos, tendo em vista a busca no processo de investigação a originalidade e criatividade. Apesar de compreender aspectos objetivos, os autores enfatizam que ao definir uma postura mais subjetiva na análise, as categorias orientam-se pelo corpus da análise, do qual emergem. Os autores discutem que esse movimento de busca por se aprofundar sobre o material analisado na busca por novos sentidos e significados tem sido uma tendência das análises textuais, exigindo, também, um maior comprometimento, envolvimento e respeito do pesquisador com seu trabalho.

A influência religiosa presentes de maneira objetiva e subjetiva nos discursos, têm se apresentado em diferentes cenários e contextos políticos, considerando que esta é uma das características do neoconservadorismo. Esse fenômeno pode ser percebido também, pelo post de Magno Malta, publicado em 2017, período em que a BNCC estava sendo reformulada, com o objetivo de fazer com que a educação pudesse atender a todos, sem que nenhuma criança e adolescente se sentisse excluído pelos conteúdos ministrados nas instituições.

O trecho selecionado para realizar a análise das falas de Malta, apresentado acima, tem como legenda: “Parabéns à frente da família pela luta! Sem ideologia de gênero”, referindo-se a exclusão do tema na nova base, atribuindo essa conquista a todos que defendem a família tradicional e os pensamentos conservadores e moralistas introjetados nessa temática. Isso porque, o debate quanto às questões de gênero na BNCC foi criticado pelos setores conservadores, ao ponto que, em sua versão final, publicada em abril de 2017, qualquer menção à palavra “gênero” que nela existisse, foi excluída. Isso reafirma a imposição de um discurso conservador, contrário a pluralidade e anti-democrático, legitimado por um governo que em diversos pontos se aproxima de características atribuídas à extrema-esquerda, como relata a professora Maria Lucia Barroco, as quais são pontuadas na Tabela 1 do primeiro capítulo deste trabalho. Dentre as características mencionadas por Barroco, está o constante ataque moral de Bolsonaro e seus apoiadores em relação as conquistas dos movimentos de direitos humanos, mulheres, negros, indígenas e da população LGBTQIP+, e suas referências a questões de gênero e sexualidade, demonstrando uma

ansiedade sexual (Barroco, 2022)

Nesse mesmo trecho, Malta dissemina informações falsas, de maneira exacerbada acerca do estudo de gênero, com o objetivo de descaracterizá-lo, como pode ser visto no trecho “Ideologia de gênero não é nada, como vocês sabem.... não é. Você nasce um vegetal e você escolhe depois o que você quer ser, se menino ou se menina.” Essa forma reducionista e errônea de compreender os estudos de gênero faz alusão a uma das precursoras deste estudo, ainda que esse termo não fosse utilizado. A filósofa Simone de Beauvoir, abriu o debate político, contestando todo determinismo biológico ou desígnio divino ao afirmar que “ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos”, que resultou em sua célebre idéia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. A maneira ridicularizada pela qual o parlamentar se refere sobre o assunto demonstra seu repúdio e falta de argumentação na tentativa de combater o tema, uma característica comum à nova direita que se aproxima do extremismo. Essa característica pode ser observada em um dos pontos destacados por Barroco em relação ao governo brasileiro dos últimos anos, que teve como uma de suas facetas o anti-intelectualismo, menosprezando o conhecimento acadêmico crítico, a cultura humanista e a educação em geral (Barroco, 2022).

O próprio nome que se utiliza do substantivo “ideologia” têm como objetivo desacreditar os estudos de gênero, que surgiram paralelamente à onda contemporânea do feminismo, principalmente na Europa depois de 1968 e nos Estados Unidos, o que fez com que a relação entre os movimentos sociais e os estudos feministas se fortalecesse. Os conceitos promovidos por essas lutas propiciaram o surgimento de uma teoria feminista crítica, a qual, por sua vez, teve influência e promoveu o avanço de estudos acadêmicas e pesquisas científicas acerca das interações sociais de sexo/gênero, seja no âmbito acadêmico ou além dele (Scavone, 2008).

Essa tentativa de desacreditar os estudos de gênero é constantemente realizada pelos que discordam da temática, como pode ser observado também no discurso de Feliciano, quando aponta os estudos como “conteúdos morais que destoam do senso da população e que sejam completamente desprovidos de qualquer comprovação científica, porque esse é o caso ideologia de gênero”. A função do processo educacional, da escola, é abordar conhecimentos científicos, técnicos, que vão para além do conhecimento do senso comum, o qual os alunos já possuem, ajudando-os a desenvolver a consciência a partir de um leque amplo de possibilidades.

Cristã protestante fervorosa, Ana Campagnolo segue as mesmas opiniões dos

parlamentares acima citados. Ainda que seu discurso não seja como uma pregação, a deputada estadual costuma mencionar a importância da família tradicional e a verdade divina. Com um léxico mais rebuscado, considerando sua formação acadêmica e sua profissão como docente, Campagnolo não exalta seu tom de voz e não insiste na existência de uma “ideologia de gênero”, considerando que esse termo, academicamente está errado. Isso não significa que ela não defenda e acredite nesta pauta, mas sim que seu discurso se alterou ao longo do tempo, visto que os destinatários de sua fala, aparentemente, tem um maior contato com questões acadêmicas e não se apropriam de falas apelativas.

Até o ano de 2021, Ana Campagnolo, em suas redes sociais, menção a ideologia de gênero ainda podia ser encontrada. O período delimitado a essa pesquisa, realizado na plataforma do Instagram, é desde o início de 2022. Assim, a menção a essas questões não foi encontrada de maneira explícita. Ao invés de atacar a ideologia, Campagnolo buscou enfrentar e questionar o cerne dessa falácia extremista, e se aprofundou em compreender o feminismo e combatê-lo. Orgulhosa por ser anti-feminista e autora de diversos livros que combatem esse movimento, a deputada possui diversos posts em seu perfil que remetem a essa questão, sempre afirmando que o feminismo é um grande problema, que destrói a família, que o intuito das feministas é estabelecer uma nova ordem, entre outros argumentos contra os estudos feministas. Em maio de 2022, Campagnolo publicou um vídeo retirado de um podcast em seu Instagram, no qual afirmava que:

O movimento feminista vem destruir tudo da nossa identidade. O jovem tá perdido. As pessoas passaram por dificuldade: pobreza, miséria, fome, peste, mas ninguém estava perdido! Você tinha uma pessoa centrada, porém com dificuldade. Mas era uma pessoa centrada! Hoje você tem adolescentes e jovens que tem iphone, que tem videogame, que tem casa, que tem comida, que não estão doentes, que tem pai, que tem mãe, e estão perdidos. O cara tá perdido, ele é psicologicamente vulnerável, ele é triste, ele é deprimido, ele é traumatizado, ele tá sofrendo uma série de problemas, e por quê? Ele não sabe o seu lugar. E as pessoas acham que ser tudo: “ah, você pode ser o que você quiser”... Se alguém me dissesse quando eu era criança que eu pudesse ser qualquer coisa, seria tudo, eu ia entrar em pânico. Pô, não tem um norte pra me ajudar?[...] (Campagnolo, 03/05/2022)

Pode-se então notar a diferença de discurso entre a deputada estadual e os outros parlamentares. O intuito é o mesmo, descredibilizar os estudos de gênero, afirmando que estes são um desserviço para os indivíduos, principalmente para os jovens. O teor da mensagem é mais pessoal, e menos religioso, buscando apresentar na história argumentos que reforcem sua fala. Isso porque, sua formação em história atribui a ela maior credibilidade no assunto, ainda que de maneira constante, ela se utilize da distorção de conteúdos históricos a

favor de ideias morais e conservadoras.

### 3.3. Um espectro ronda a educação - o espectro da “Doutrinação marxista”

Dentre as bandeiras defendidas pelo movimento ESP, está a luta contra a doutrinação, especificamente a “doutrinação marxista”. Desde que o movimento teve notoriedade na política, em 2014, diversos projetos de lei com o objetivo de acabar com essa “doutrinação” tramitam nas esferas municipal, estadual e federal. Seus defensores, constituídos majoritariamente pela direita neoconservadora brasileira, afirmam que os conteúdos ministrados nas salas de aula de todo o país possuem um viés ofensivo para a ordem social, propagando os lemas comunistas e destruindo a família tradicional.

O conceito de doutrinação consiste no ato de doutrinar, influenciar algum indivíduo ou grupo. Segundo o Dicionário Básico de Filosofia, doutrina advém do latim *doctrina*, que significa ensinamento, teoria, ou seja um conjunto sistemático de concepções de ordem teórica ensinadas como verdadeiras por um autor, corrente de pensamento ou mestre (Japiassú e Marcondes, 1996). Dessa forma, ao afirmar que os professores realizam uma doutrinação para com os alunos, os conservadores se referem a introjeção de uma verdade absoluta na cabeça dos jovens, não os dando a escolha de pensar de outra maneira. Mas, para eles, a doutrinação dos alunos é realizada à luz da corrente de pensamento marxista, baseada nas ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Estes, foram pensadores críticos do século XIX, e suas ideias abrangem uma ampla gama de áreas, incluindo filosofia, economia, ciência política e história. O marxismo tem como ferramenta metodológica o materialismo histórico-dialético, que prevê a investigação das origens materiais das ideias, que estão enraizadas nas estruturas econômicas da sociedade. Marx e Engels concentram sua análise no capitalismo, como um sistema de exploração do proletariado pela burguesia, e propõe, para além da teoria, um chamado à ação política para uma revolução proletária que levaria à criação de uma sociedade sem classes e à abolição do Estado (Japiassú e Marcondes, 1996). O pensamento marxista foi uma inspiração para diversas revoluções que ocorreram no final do século XX, como a Revolução Cubana, e, devido a transformação do contexto social ocorrida nos últimos anos, pautas de pluralidade e identidade foram associadas a este pensamento.

Inicialmente, o movimento ESP teve como foco a questão da doutrinação marxista, afirmando que os professores faziam uma espécie de “lavagem cerebral” nos alunos e os

ensinavam princípios marxistas, ao invés de incentivarem a meritocracia e as responsabilidades individuais. Neste cenário, o sociólogo Antônio Gramsci se tornou um dos principais vilões, de acordo com as deturpações da nova direita, uma vez suas ideias que previam um combate pela hegemonia e a disputa por projetos e visões de mundo em diversos espaços da sociedade civil (Gramsci, 2000) eram ministradas em aula pelos professores. Um dos responsáveis por tornar essa pauta relevante no meio da nova direita foi Olavo de Carvalho, um astrólogo e guru da direita que se tornou fenômeno nas redes sociais e uma inspiração para alguns dos conservadores e religiosos. Olavo distorceu as idéias de Gramsci e afirmou que os conceitos defendidos por ele destruíam a ordem vigente e o sistema como ele “deve ser”. A obsessão de Olavo por Gramsci pode ser observada em seu livro, no qual o autor escreve que Gramsci “foi o estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplainar o caminho para o golpe de Estado”, sendo necessário “apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade” (Carvalho, 2002). Este guru, defensor da falácia do “marxismo cultural” empregado nas escolas, foi um grande apoiador do ESP, bem como os parlamentares citados neste capítulo.

No contexto do ESP e do discurso conservador, os representantes da luta contra a doutrinação afirmam que os professores se prevalecem da liberdade de cátedra, da imaturidade e da falta de conhecimento dos alunos para doutriná-los com a sua própria visão de mundo. Para eles, com o pretexto de transmitir aos estudantes uma “visão crítica” da realidade, os professores doutrina seus alunos, quase sempre com a perspectiva marxista. Os docentes assim, bem como os autores escolhidos por eles como base de ensino são compreendidos como os arquitetos que planejam a ruptura da ordem social indo contra os valores e a moral, os ensinando apenas o que desejam. Esses ideais podem ser encontrados nos discursos dos parlamentares selecionados para a Análise Textual de Discurso deste trabalho. Ao realizar o levantamento com o termo “doutrinação” na plataforma do Twitter no perfil dos parlamentares, foram encontrados 04 publicações na página de Magno Malta e 14 publicações na página de Marco Feliciano, com referências ao tema. Dentre eles, os selecionados para a análise podem elucidar o que os políticos pensam e defendem sobre o assunto:



**Imagem 1:** Tweet de @magnomalta, publicado 30 de Novembro de 2019

Esse tweet, publicado dia 30 de Novembro de 2019 foi uma resposta de Malta a um questionamento realizado na plataforma pelo deputado federal pelo Mato Grosso, José Medeiros, também do PL. Neste, o parlamentar indagava sobre o que deveria ser respondido às “crianças curiosas” quando elas perguntassem sobre a perseguição à imprensa. De forma rasa, Malta responde que “Crianças tem é que brincar, ser ensinada amar pai, mãe, amar a Deus [...]”. Com isso, percebe-se que na visão de Malta, o desenvolvimento do senso crítico das crianças não é uma prioridade para o parlamentar. Realmente, crianças têm que brincar, uma vez que, de acordo com a BNCC as crianças devem:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (Brasil, 2017 p. 36).

Isso não significa que quando as mesmas perguntarem algo, elas devem ser silenciadas. Como seres humanos em formação, as crianças são realmente curiosas, Paulo Freire contribuiu para distinguir entre dois tipos de curiosidade: a espontânea e a epistemológica. A primeira ocorre quando uma pessoa não sente a necessidade de fazer perguntas mais profundas sobre sua vida cotidiana. Por outro lado, a curiosidade epistemológica leva a pessoa a se distanciar da rotina diária e se envolver em processos de questionamento. Essas perguntas levam a um entendimento mais aprofundado dos objetos ou fenômenos, permitindo a aplicação de um método rigoroso à curiosidade.

Para Freire, é esse rigor metodológico que possibilita a superação do conhecimento do senso comum e a apropriação do conhecimento científico, e esse rigor é encontrado na maneira como nos aproximamos dos objetos de estudo (Freire, 199). É para sanar essa curiosidade epistemológica que os professores têm uma formação especializada, para

compreender o nível de conhecimento da criança e seu contexto, para assim melhor ensiná-la.

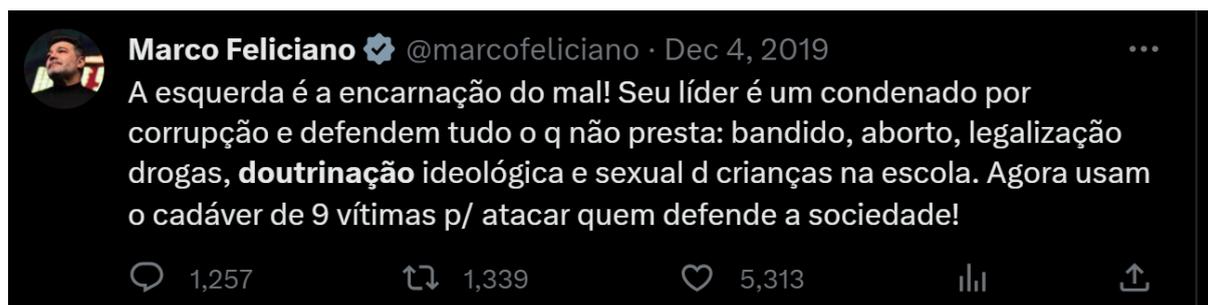
Na fala de Malta, novamente pode-se observar o uso do nome de Deus para explicitar sua opinião. A criança deve ser ensinada a amar a Deus. Mas que Deus é esse? Não seria essa uma doutrinação também? Não é a neutralidade o princípio do Escola Sem Partido? De acordo com o artigo 19, inciso I da Constituição Federal de 1988:

**Art. 19.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

**I** - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (Brasil, 1988).

Assim, além de reafirmar seu posicionamento conservador apelado ao fundamentalismo religioso, o discurso de Malta ainda traz um posicionamento questionável quando se toma por base a Constituição.

O termo “escola com partido”, considerando um “anti-projeto”, faz menção como chacota àqueles que defendem a educação democrática e os conteúdos programáticos previstos nas legislações da educação. Não falar de socialismo, de comunismo, de ditadura não é se tornar neutro, mas sim apagar a história, e, assim como mencionado no tópico de gênero, esvaziar as crianças do pensamento crítico, do leque de possibilidades do conhecimento científico. Esse mesmo posicionamento foi encontrado ao realizar o levantamento no perfil de Feliciano na mesma plataforma, o Twitter, conforme exemplo:



**Imagem 2:** Tweet de @marcofeliciano, publicado 4 de Dezembro de 2019

Nesta publicação, feita em 4 de Dezembro de 2019, o parlamentar se refere a um ataque que ocorreu em Paraisópolis, São Paulo, no qual 9 pessoas foram vítimas da PM em meio a um baile funk. No debate público essa notícia repercutiu, visto que a relação entre a polícia e a periferia causa controvérsia nas opiniões. Por um lado, os que tendem a um posicionamento de esquerda compreendem as condições sociais das pessoas marginalizadas e

sabem da violência causada pela polícia nesse meio, questionando assim as notícias quando são divulgadas. Por outro lado, para a direita, ainda que cristã, há o discurso: “bandido bom é bandido morto, e a polícia sempre está fazendo seu trabalho. Nesse contexto, Feliciano argumenta que a esquerda é vista como representante do que é considerado negativo, usando argumentos relacionados à moralidade e à religião. Isso reflete a ideologia neoconservadora, na qual a moral desempenha um papel central na preservação dos valores e da cultura tradicional. Isso acontece tanto na maneira como as pessoas são criadas e educadas pela família quanto na manutenção da ordem espiritual por meio das práticas religiosas (Barroco, 2015).

Nesse sentido, Feliciano aponta de maneira rasa e despolitizada as pautas “defendidas” pela esquerda. Para a finalidade desta análise, dado o contexto de sua publicação, o que é relevante é seu apontamento sobre a doutrinação ideológica e sexual das crianças nas escolas. Cabe aqui mencionar que quando o ESP tomou relevância sua preocupação central era com a neutralidade do ensino, como afirmavam seus defensores. Com a inserção do debate de “ideologia de gênero”, a neutralidade passou a ser o segundo ponto, tendo como preocupação principal a manutenção da família tradicional. Esse é um dos motivos pelos quais Feliciano cita a doutrinação ideológica e sexual nas escolas. O autor do post reforça seu posicionamento de direita ao atribuir à esquerda o cerne de todo mal, de tudo o que não presta. A doutrinação ideológica relacionada à esquerda, que dentre suas diversas vertentes existem grupos que se aproximam de ideais comunistas e socialistas demonstra que sua referência ao mencionar a doutrinação ideológica está diretamente ligada com a doutrinação marxista. Bem como Malta, que explicitou em seu tweet esses campos políticos, Feliciano defende, ainda que de maneira subjetiva o ensinamento político com viés de esquerda nas escolas. Mais uma vez essa defesa prevê a abstenção de professores perante a conteúdos historicamente relevantes e a privação dos alunos ao amplo conhecimento.

O que é dito de maneira subjetiva em seu tweet, escrito de forma simplória tem o mesmo sentido do que é explicitado no discurso dos neoconservadores. Volta-se então ao ponto onde o fundamentalismo religioso e o anticomunismo estão presentes, e retorna-se à controvérsia do posicionamento liberal na economia, mas conservador nos costumes, ao mencionar as outras pautas defendidas pela esquerda, segundo o parlamentar (Miguel, 2016).

Em consonância dos argumentos dos parlamentares mencionados, estão as falas da deputada estadual Ana Campagnolo, ao decorrer de seus posts no Instagram. Dentre as últimas publicações da parlamentar, está o post no qual ela comemora a “Semana Contra a

Violência Institucional nas Escolas”. Nessa publicação, Campagnolo divulga um vídeo na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), no qual ela afirma que:

[...] Tem um grupo muito grande de pessoas que odeiam a deputada Ano, e esse ódio vem, particularmente, por causa da minha atuação com relação ao combate a doutrinação marxista dentro da sala de aula. Aliás o combate a qualquer tipo de doutrinação [...] Eu não existiria como deputada se houvesse regras claras sobre o trabalho de um professor universitário ou um professor funcionário público de escola de nível básico, e se essas regras fossem cumpridas [...] Não há regras claras, e mesmo aquelas que existem são reiteradamente descompridas [...] A sala de aula não deveria ser um lugar de propaganda político-partidária. E eu venho, na verdade, não denunciar, mas pela primeira vez comemorar a nossa lei, a lei de minha autoria, mas que foi aprovada com a maioria deste parlamento [...] A lei 18.637 foi sancionada pelo governador Jorginho dia 8 de Fevereiro deste ano, e está em vigor [...] exatamente hoje, dia 8 até o dia 14 começa a ser colocada essa legislação em prática. A Secretaria do Estado de Educação emitiu a portaria 2.052 em 24 de Julho deste ano, 2023, norteando como devem ser esses trabalhos [...] A lei estabelece a Semana Escolar de Combate à Violência Institucional contra a Criança e o Adolescente na Escola Pública de Santa Catarina [...] A escola não existe para agradar o professor, ele é que existe para trabalhar para as famílias, para os usuários do sistema educacional. Então é preciso que as famílias e os alunos sejam informados sobre os limites éticos dessa atividade do professor [...] É direito do seu filho que ele aprenda história, geografia, filosofia, sociologia, da forma mais neutra possível. Isso quer dizer, se eu vou explicar o lado A, eu preciso ensinar o lado B também, quantas vertentes existem, quantas teorias existem sobre esse tema. O aluno tem liberdade de aprender sobre todas elas. Conscientizar os alunos também, que devem denunciar os abusos. Informar os pais ou as crianças sobre qualquer assunto que for ministrado em sala de aula, que possa ter impacto em sua educação moral, e essa educação moral deve ser primazia dos pais [...] os professores, diretores, coordenadores, devem promover o acesso dos pais e das famílias aos conteúdos ministrados na escola [...] (Campagnolo, 8/082023)

Neste discurso, realizado e publicado no dia 8 de Agosto, Campagnolo comemora a vitória de seu projeto de lei, que foi aplicado nas escolas de Santa Catarina naquela mesma semana. Ela inicia sua fala mencionando que muitos grupos a odeiam pelo seu posicionamento contra a doutrinação marxista. Isso porque, Campagnolo é uma forte defensora do movimento e seu projeto de lei ao qual ela se refere é inspirado nele. A deputada afirma que dentro das escolas e salas de aula, não há regras, e quando há, elas não são cumpridas pelos professores, que lecionam o que querem, sem maiores punições por isso. Ela afirma que sabe desse fato, uma vez que sofreu “violência institucional” no decorrer de seu mestrado realizado na UDESC, caso esse que foi mencionado no capítulo anterior. A partir de então, em sua carreira política, se debruçou a lutar contra qualquer tipo de doutrinação nas salas de aula até que apresentou o projeto de lei 18.637, sancionado pelo atual governador do Estado, Jorginho Mello.

Pode-se observar, no discurso de Ana Campagnolo, que o vocabulário empregado por ela se distancia dos demais parlamentares. Isso não apenas se justifica pelo fato de ela estar em um ambiente político e por seus destinatários serem representantes do povo, mas também porque é dessa forma que a deputada se apresenta em todos os lugares, devido a sua formação acadêmica como docente. Observa-se também, que ainda que seus ideais e posicionamentos se aproxime de uma direita mais extrema e conservadora, seu discurso parece ser coerente e coeso. A liberdade expressa pela frase “se eu vou explicar o lado A, eu preciso ensinar o lado B também, quantas vertentes existem, quantas teorias existem sobre esse tema.” se contradiz com o seu posicionamento quanto a ideologia de gênero e feminismo, por exemplo, o qual aponta que saber de coisas demais está levando os jovens à perdição.

Inicialmente, seu discurso pode parecer um anseio pela neutralidade, o que, quando compreendido por sua subjetividade e totalidade, se torna uma farsa. Assim como os ideais de neutralidade do ESP, o ideal propagado pelo projeto de Campagnolo visa silenciar assuntos relevantes para o conhecimento e desenvolvimento dos jovens, que possam ferir a moralidade, a liberdade econômica e os ideais da família defendidos pela direita. Afirmar que não há regras na sala de aula é deslegitimar toda e qualquer legislação como por exemplo a BNCC, pensada para proporcionar um ensino livre e democrático. Essa afirmação deslegitima também a atuação dos profissionais da educação, que são considerados, por Campagnolo e seus colegas de direita, como os perversos doutrinadores, propagadores do comunismo e descrentes quanto a verdade divina.

Citar uma possível “doutrinação marxista” realizada pelos professores, reforça um movimento conservador, que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular (Macedo, 2017). Essa ideia, está alicerçada na falácia do “marxismo cultural”, que alega a existência de uma conspiração marxista para moldar a sociedade através da disseminação de ideias progressistas, liberalismo cultural e valores que, segundo eles, minam as tradições e os valores conservadores. Sem alguma comprovação acadêmica e baseado em teorias conspiratórias, esse ideal se fez presente no discurso de diversos parlamentares, como visto anteriormente, que possuem as características neoconservadoras como referência às suas ações políticas.

Por fim, a afirmação de que os pais devem saber e controlar o que os alunos aprendem, se apresenta em consonância com a ideologia neoconservadora aplicada a educação (Apple, 2003), e vai ao encontro de um outro posicionamento fortemente defendido

por Campagnolo: o *Homeschooling*.

### 3.4. Mudança de paradigma: do direito à educação ao direito *na* educação

Durante o levantamento realizado como processo da ATD, as palavras e conceitos que foram buscados foram: Escola; Educação; Doutrinação; Ideologia; Gênero; Socialismo/Socialista; Comunismo/Comunista; Feminismo/Feminista; Moral; Família e Tradicional. Na categoria de educação e escola, dois pontos que ainda não haviam sido mencionados e surgiram como categorias emergentes dentro da Análise Textual Discursiva, chamaram a atenção. Essa atenção se justifica não pela frequência e relevância das publicações, mas por serem projetos de lei ideologicamente neoconservadores defendidos veementemente por alguns dos parlamentares. Nesse sentido, o *homeschooling*, defendido pela deputada estadual de Santa Catarina Ana Campagnolo, e as escolas Cívico-Militares, defendidas pelo senador federal pelo Espírito Santo, Magno Malta, tomam foco no debate seguinte.

Considera-se esses pontos fortes manifestações à educação conservadora e ao ideal neoconservador que se destaca no cenário político brasileiro. As conquistas referentes a essas duas medidas tiveram destaque nos últimos anos, mas, com a nova gestão do governo, foram restritas, dando voz à democracia e aos anseios dos que prezam por uma educação crítica e libertadora. Nesse sentido, da mesma maneira que os projetos retrocederam, houve também um retrocesso no discurso dos parlamentares sobre os assuntos. Assim, a análise desenvolvida neste tópico é feita não pela recorrência dos assuntos, mas pela falta dela, gerando estranhamento e demonstrando como a posição de um governo traz legitimidade para questões aos quais seu posicionamento defende, considerando que é a legitimidade que “dá a toda instância da palavra uma autoridade de dizer” (Charaudeau 2018, p. 65). Assim, tendo o conhecimento de que esses assuntos de cunho neoconservador se fizeram presente por muito tempo no debate público, foram projetos de lei, e que ficaram em segundo plano no discurso dos parlamentares, se faz necessário destinar a eles uma atenção especial.

#### 3.4.1 *Homeschooling*: a Moral vem de casa

Em meio a postagens sobre família, Deus, armas e anti-feminismo, um assunto chamou atenção no perfil da rede social Instagram da deputada Ana Campagnolo,

considerando que o objetivo desta análise é identificar e compreender as políticas educacionais com posicionamento neoconservador. O *Homeschooling*, conhecido no Brasil como ensino domiciliar, já é uma realidade em países como os Estados Unidos. De acordo com Apple (2003), o *homeschooling* é uma das pautas reivindicadas pelo grupo de “populistas autoritários” que compõem a nova direita norte-americana, assim como mencionado no tópico 1.3 do primeiro capítulo deste trabalho. Esse grupo se posiciona com base na autoridade da bíblia e na moral cristã, que eles veem como fontes essenciais que os currículos escolares devem seguir.

Nesse sentido, a pressão pela revisão dos livros didáticos, o monitoramento das atividades dos professores e influência nos conteúdos ministrados, são pautas recorrentes no debate de políticas educacionais. Para além disso, esses grupos também defendem o *homeschooling*, pois consideram que a intervenção do Estado na vida familiar é uma ameaça aos valores tradicionais (Apple, 2003). O mesmo posicionamento pode ser observado na nova direita brasileira, nos projetos de lei propostos por parlamentares que pertencem a esse grupo, bem como em seus discursos. Com a ascensão da ideologia neoconservadora no país, em 2017 os debates políticos desviaram seu foco do “direito à educação” e voltaram os holofotes para a discussão sobre o “direito *na* educação” (Ranieri, 2017, p. 142).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o *homeschooling* é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores responsáveis assumem o papel de professores dos filhos”. Essa modalidade de ensino gera grandes conflitos entre a esquerda e a direita do país, sendo os primeiros defensores da pluralidade de ideias e do processo de socialização, enquanto os segundos defendem que é um direito das famílias educarem seus filhos conforme o desejo dos pais.

É a favor do ensino domiciliar, que a deputada Campagnolo se posiciona desde seu primeiro mandato, na política e nas redes sociais. Em maio de 2021 em Santa Catarina, o PLC 3.1/2019, que estabelece critérios para o reconhecimento do ensino domiciliar como modalidade educacional no estado, chegou a passar por votação no plenário da Assembleia Legislativa e obteve maioria dos votos em dois turnos de votação. A lei foi sancionada pelo governador do Estado, mas em seguida foi cancelada pelo Tribunal de Justiça. Ainda que este projeto não tenha sido escrito por Campagnolo, mas por seu colega, ela o defendeu como uma das pautas primordiais para a educação não apenas catarinense, mas também brasileira.

Campagnolo publicou, em 2022, seu livro intitulado “Ensino Domiciliar na Política e no Direito”. No dia 20 de Maio de 2022, a deputada realizou o lançamento do livro na

ALESC e publicou em seu Instagram no dia 21, uma imagem sua no lançamento, com um texto, que para a análise foi retirado o seguinte trecho:

[...] A batalha pelo direito das famílias de optar por essa modalidade de ensino foi uma das principais bandeiras que assumi neste mandato - e pode se concretizar como uma vitória a nível nacional em breve, já na última semana o texto-base do projeto que versa sobre sua regulamentação foi aprovado pela Câmara Federal. Foi pensando em consolidar os argumentos que desenvolvemos em favor da prática educacional e registrar os absurdos autoritários que presenciamos nesse processo, que escrevi essa obra junto com dois colaboradores: o meu consultor parlamentar David Amato e a jurista Isadora Palanca [...] (Campagnolo, 21/05/2022)

A luta mencionada por Campagnolo se iniciou em 2019, com a criação do PLC 3.1/2019, o qual defendeu em suas redes desde então. Este foi um dos últimos posts da parlamentar sobre o assunto, uma vez que realizou sua divulgação antes de publicá-lo, ou seja, em 2021, ano o qual não é contemplado pelo período desta análise por justificativas já mencionadas. Especula-se que a ausência nas publicações sobre o tema em 2022 se deu pelo fato de o projeto ter sido derrubado pelo TJ, o que a incentivou a escrever o seu projeto sobre violência institucional, que, ao invés de defender o ensino das crianças em casa, foca em argumentar sobre a importância da atuação dos pais na escolha dos conteúdos ministrados nas escolas. Ainda assim, Campagnolo afirmou em entrevistas que sua filha já nascida e todos os outros filhos que ela pretende ter não irão à escola, mas receberão o ensino domiciliar.

Em seu livro, a parlamentar desmistifica os argumentos comuns contra a educação domiciliar, e questiona se a escola é a única instituição capaz de proporcionar uma educação democrática. Além disso, Campagnolo questiona se a socialização só pode ocorrer na escola, se os pais são competentes o suficiente para educar seus filhos em comparação com a escola pública brasileira, se crianças não frequentando a escola estão mais vulneráveis a abusos e traumas, e se a educação domiciliar pode ser considerada autoritária, fundamentalista, preconceituosa e perigosa. Por fim, ela avalia se a obrigatoriedade da escola é justificável dada sua ineficiência e se o *homeschooling* contribui para aumentar a desigualdade. Para cada um desses questionamentos, Campagnolo traz argumentos que refutam os que reprovam a educação domiciliar, baseados na “lógica” e na ideia de que é nas escolas onde o bullying acontece e onde a doutrinação é realizada.

Com o livro publicado e com a sanção do governador Jorginho Mello, o cenário parecia favorável à educação domiciliar, até que a sanção foi revogada pelo TJ. Sua menção à iminente vitória nacional do projeto, considerando que o texto-base teria sido aprovado pela

Câmara foi precipitada, uma vez que o projeto também não foi aprovado para todo o país. Isso porque, o projeto de *homeschooling* pode fere a Constituição Federal de 1988, que segundo o artigo 227:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil 1988)

Compreende-se então, que a responsabilidade compartilhada cria uma rede de proteção para a infância, que deve ser tratada como prioridade máxima, a fim de prevenir abusos por parte do Estado, da família ou da sociedade. Também na Constituição, em seu artigo 205, estabelece que a educação deve promover o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (Brasil,1988). Esse posicionamento é ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que define, em seu artigo 3º, os princípios que devem guiar a prática educacional, incluindo o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade e a valorização da tolerância (Lei n. 9.394, 1996).

Assim, o direito à socialização e ao acesso à pluralidade, se configura na Constituição, e, projetos como o *homeschooling* são uma ameaça a esses direitos. De acordo com o sociólogo Luiz Antônio Cunha:

[...] o currículo da Educação Básica, particularmente das escolas públicas, é objeto de ação modeladora que visa frear os processos de secularização da cultura e de laicidade do Estado, mediante dois movimentos, um de contenção, outro de imposição. Ambos os movimentos configuram um projeto de educação reacionária, entendida aqui como a que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas. (CUNHA, 2016, p. 2-3).

Assim, pode-se entender o *homeschooling* como um projeto neoconservador, que visa tirar do Estado a responsabilidade da educação, reforçando o liberalismo econômico, e selecionando conteúdos específicos a serem lecionados, privando os alunos do senso crítico, do acesso à diversidade e da educação libertadora. Visto que os projetos de lei quanto a política do ensino domiciliar perderam força, Campagnolo dirigiu seu discurso e ações ao projeto que teve êxito neste ano, afirmando “combater a violência institucional nas escolas”, com o ideia não do *homeschooling*, mas de inserir os pais no controle dos conteúdos ministrados nas escolas, como mencionado no tópico acima.

### 3.4.2 Escola cívico-militar: do menor Estado à maior Disciplina

Considerando as várias tentativas da inserção do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras, a militarização de escolas é uma das mais significativas. Isso porque esse processo reúne as características que definem a ideologia neoconservadora: a união do liberalismo econômico e do conservadorismo moral, secundarizando a responsabilidade da administração da educação pública e retomando as ideias de tradição, da autoridade, do patriotismo e da moral. Esse assunto teve notoriedade quando o ex-presidente Jair Bolsonaro criou o Programa das Escolas Cívico-Militares, com o Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019. As escolas cívico-militares referem-se a estabelecimentos de ensino públicos pertencentes às redes estaduais ou municipais, que estabelecem parcerias com as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros. Por meio desses acordos, essas escolas compartilham a administração com profissionais militares e incluem a presença de militares na rotina escolar. (Santos, 2020).

É necessário salientar, que as escolas cívico-militares são diferentes dos colégios/escolas militares. As escolas militares estão ligadas diretamente às corporações vinculadas aos órgãos das Forças Armadas e Secretarias de Segurança, enquanto os colégios militares, operam sob suas próprias regulamentações e recebem financiamento diretamente de seus órgãos reguladores. Já as escolas cívico-militares são escolas públicas estaduais já existentes que passam por um processo de militarização. Segundo a portaria número 1.071 de 2020, emitida pelo governo brasileiro, as escolas que devem passar por esse processo devem seguir os seguintes critérios: (I) que as escolas atendam estudantes em situação de vulnerabilidade social; (II) que as instituições tenham um desempenho inferior à média estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); (III) que as escolas tenham um número de matrículas variando de 501 a 1.000; e (IV) que as escolas ofereçam as etapas dos anos finais do ensino fundamental regular e/ou ensino médio regular. Estes critérios abrangem, de maneira clara, as escolas que possuem estudantes com condições mais vulneráveis, pretos ou pardos, trazendo à tona questões de classe e raça para a disputa neoconservadora.

Um dos defensores dessa política de militarização é o senador Magno Malta. Ao realizar o levantamento dos conteúdos publicados em seu Instagram foi possível encontrar poucas manifestações sobre a militarização, considerando que o levantamento foi realizado

no período desde Janeiro de 2022 até meados de Agosto de 2023. Ao considerar sua ideologia neoconservadora, de princípios religiosos, moralistas e mercadológicos, a ausência de discurso sobre a militarização das escolas no período da análise empregada como metodologia neste trabalho, também se faz importante. A falta de publicações quanto a essas políticas principalmente desde outubro de 2022, reforça a noção de que as ideias neoconservadoras, ainda que existam, recuam na vigência de governos democráticos e progressistas. O último post do parlamentar sobre o assunto, foi feito em 23 de Julho de 2023, no qual afirmava que “Tudo o que é bom acaba sendo destruído pelo desgoverno”, referindo-se ao encerramento do Programa das Escolas Cívico-Militar:



**Imagem 3:** Post no Instagram de @magnomalta, publicado 23 de Julho de 2023

Neste post, pode-se observar o posicionamento do parlamentar quanto à militarização nas escolas, afirmando que esta proposta “integra valores cívicos, disciplina e educação de qualidade”. A idealização de uma escola que transmita valores cívicos e preza pela disciplina, quando analisada no viés da militarização e de seus apoiadores, se torna um instrumento do conservadorismo, da moralidade, do tradicionalismo, da repressão e da hierarquização de poder. Assim, a escola militarizada faz parte de um projeto de controle e moralização social, quando na realidade, a resolução dos problemas concernentes a política de segurança se faz com justiça social (OLIVEIRA, 2016). Os valores cívicos aos quais Malta menciona, são

necessários para a construção de uma melhor convivência na sociedade, mas ensinados por profissionais militares e de acordo com a ética e moral cristã e conservadora, fere o direito à diversidade e à pluralidade. Além disso, a contratação de militares sem formação, viola o artigo 61 da LDB, no qual estipula que:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (LDBEN, 1996).

Mas a LDB não é a única legislação violada no ensino militarizado. A implementação das escolas cívico-militar afronta também os incisos II e III do artigo 206 da Constituição, que aponta como princípios da educação: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (Brasil, 1988). Isso porque, demonstra características autoritárias de maneira explícita, como a exigência de obediência inquestionável à hierarquia, a estrutura hierárquica semelhante à hierarquia militar entre os funcionários da escola, incluindo um líder sem formação pedagógica de origem militar, o controle do comportamento, da vestimenta e dos movimentos dos alunos na escola por monitores militares, e a ênfase na imposição da disciplina e na busca incessante pelo aumento da produtividade nas avaliações externas. Além disso, a disciplina não é um ensinamento, mas um dever baseado no medo, que quando não cumprido, os alunos são punidos em diferentes graus, dependendo no nível de suas transgressões. De acordo com uma escola cívico-militar do Distrito Federal, os níveis de transgressões cometidas pelos alunos podem ser leves, médias ou graves. No primeiro caso, temos como exemplo “Comparecer ao CCMD<sup>14</sup> com cabelo em desalinho ou fora do padrão estabelecido pelo Regulamento dos Uniformes”. Já as infrações de nível médio, tem como exemplo “Ler ou distribuir, dentro do CCMD, publicações estampas ou jornais que atentem contra a disciplina, a moral e a ordem

---

<sup>14</sup> Sigla para: Colégio Cívico-Militar do Distrito Federal

pública”, enquanto a de nível grave se configura em “Praticar atos contrários ao culto e ao respeito aos símbolos nacionais; Provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando na unidade escolar, em manifestações de natureza política” (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Uma indignação maior quanto a esse projeto político é causada, quando percebe-se que parte da formação educacional de crianças e adolescentes é realizada por profissionais que combatem o crime, e que se fazem presentes nas salas de aula, coibindo a atuação dos profissionais da educação. Atrair essas questões com a ideia de educação de qualidade, como fez Malta, é descredibilizar os reais debates sobre uma educação de qualidade, considerando o contexto dos estudantes das escolas selecionadas para serem militarizadas. A qualidade da educação advém dos recursos materiais disponibilizados pela escola, atrelados às relações humanas desenvolvidas no ambiente escolar e às avaliações justas e eficazes. Assim, uma educação de qualidade não pode ser realizada em um local onde as relações humanas são estabelecidas por meio da repressão, hostilidade e rigor a nível militar, considerando que parte da socialização infanto-juvenil é realizada na escola.

O debate sobre a educação de qualidade também recebe influência da ideologia neoconservadora, uma vez que, no ideal dos que aderem a esse pensamento, são os exames avaliativos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que avaliam a qualidade na educação. Esse é um pensamento neoliberal, ligado à noção de produtividade e do funcionamento mercadológico. Um dos argumentos fundamentais para reformar a administração das escolas públicas aderindo à militarização é baseado no fato de que os colégios militares tem melhor desenvolvimento nessas avaliações, o que é de fato correto, mas isso ocorre visto que o investimento nesses colégios tanto nos profissionais quanto nos alunos é consideravelmente maior. Mas, segundo o programa desenvolvido pelo governo, o investimento nas escolas militarizadas deve permanecer o mesmo, alterando apenas as regras morais da instituição, e reforçando os valores cívicos e a disciplina, como aponta Malta.

Como mencionado anteriormente, as escolas que devem ser militarizadas, segundo a proposta do governo, devem estar localizadas em comunidades mais pobres e violentas. O discurso de combate a violência também pode ser visto na publicação do parlamentar, na qual destaca que “Dados recentes revelam que as escolas cívico-militares têm feito a diferença no combate à violência e à evasão escolar”. Apesar de não apresentar esses dados em seu post, a crítica à violência nas escolas localizadas em comunidades faz parte de uma perspectiva

conservadora e predominante que estigmatiza a pobreza, promovendo a ideia de "disciplinamento dos corpos pobres, negros e das áreas periféricas" (Yannoulas, 2021, p. 72).

Um dos argumentos subjacentes à implementação dessas escolas é a crença de que a militarização é a única ou a melhor solução para escolas em áreas socialmente vulneráveis. Isso implica em associar a origem da violência aos estudantes das escolas em comunidades carentes, enquanto ignora o fato de que a escola reflete os problemas mais amplos da sociedade em que está inserida, como apontado por Mendonça (2019).

Não se pode instituir a escola como local de reparação da desordem e da violência que reina na sociedade. É preciso considerar que a polícia que é chamada para impedir a violência na escola é a mesma que não consegue entregar resultados à sociedade em relação às políticas públicas de segurança para as quais ela efetivamente foi criada e existe. A PM faria imenso bem à educação se conseguisse manter a segurança no entorno da escola. Não parece fazer bem ao processo educativo a presença de policiais fardados e armados junto a crianças e adolescentes em situação escolar; não parecem adequadas as rígidas normas de disciplina calcadas apenas na obediência heterônoma, que pouco ou nenhum resultado pedagógico alcança a não ser o adestramento a comportamentos padronizados (Mendonça, 2019, p. 607).

A ideia de distinção de classe e raça fica clara nessa política de militarização, bem como as questões de gênero. Esta última pode ser evidenciada nesse processo, considerando que qualquer ato e posicionamento que não seja o normativo da personificação masculina e feminina, ferem a moral e podem ser considerados indisciplina. O reforço aos estereótipos de papéis de gênero pode ser observado no regimento da escola militarizada de Goiás. Essa escola foi utilizada como um exemplo de sucesso para o desenvolvimento do projeto de 2019, uma vez que passou pelo processo de militarização antes mesmo do desenvolvimento no mesmo. Este regimento aponta que meninas devem usar brincos curtos, que não ultrapassem o limite da orelha, bem como unhas claras e maquiagens leves, e “Poderão ainda, usar um anel prateado ou dourado em cada mão (com exceção do dedo polegar) – no máximo com 0,4 mm de espessura” (Goiá, 2018, p. 71). Por outro lado, os meninos não podem usar acessórios que remetam a acessórios femininos, como brincos, pulseiras e anéis, a menos que este anel seja uma aliança de compromisso.

Assim, pode ser constatado que a implementação das escolas cívico-militar é uma política que demonstra o neoconservadorismo na prática, e seus defensores, políticos, como Malta são grandes contemplados dessa ideologia (Miguel, 2016). Ao atrelar os princípios do liberalismo econômico -a produtividade, meritocracia e secundarização da administração das escolas - aos princípios conservadores - moralismo, tradicionalismo, hierarquização e

disciplina - esse projeto cumpre as demandas do neoconservadorismo. Ainda, as concepções cristãs que regem a moral dessas escolas caracterizam o fundamentalismo religioso, enquanto a presença dos militares, remontando aos tempos ditatoriais se faz presente como subsídio ao anticomunismo. Com essa política, forma-se então uma educação conservadora, que viola os princípios democráticos, de pluralidade, e de liberdade, como previsto na legislação brasileira, e defendidos por aqueles que vêem na educação o caminho para a transformação

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar e caracterizar o papel das ferramentas de institucionalização do neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. Para isso, foram abordadas as características da corrente política e ideológica do neoconservadorismo, suas reverberações nas políticas educacionais brasileiras bem como no discurso dos parlamentares que seguem esse ideal. Autores como, Apple (2013), Barroco (2013,2015, 2022), Lacerda (2019), Miguel (2016), Moll (2010) entre outros, foram utilizados como referência, uma vez que eles buscando explicar a origem e as ações dos grupos neoconservadores no cenário brasileiro e internacional. Assim, a caracterização do neoconservadorismo se dá pelos ideais controversos do liberalismo econômico e conservadorismo, atrelados ao que pode se considerar como novo nessa ideologia: o fundamentalismo religioso, que envolve dentre outros aspectos, as questões de gênero e sexuais.

Considerando a ascensão desse movimento político e ideológico não apenas no Brasil, como no mundo, destacar algumas políticas educacionais com esse viés ideológico se fez necessário, uma vez que a educação é um campo em disputa entre os progressistas e conservadores. Isso porque a educação das crianças e jovens nas escolas, têm como objetivo o desenvolvimento não apenas dos conhecimentos científicos, mas também do desenvolvimento pessoal e interpessoal dos sujeitos. Nesse sentido, a educação proposta pelos neoconservadores busca preservar a hierarquia social e a moralidade tradicional, muitas vezes utilizando apelos religiosos e a defesa da família tradicional como justificativas. Por outro lado, quando alicerçada em projetos progressistas e pluralistas, a educação escolar pode ser vista como um espaço de superação e emancipação humana, com valorização da real educação de qualidade, na qual seus defensores lutam por uma escola pública gratuita, democrática e promotora de liberdade.

Assim, projetos como o Escola Sem Partido, a Reforma da Base Nacional Comum Curricular, a Reforma no Ensino Médio, entre outras, serviram como exemplo para elucidar como são introjetados os ideais neoconservadores nas políticas educacionais. Estes, que tomaram força no cenário político na última década, são veementemente defendidos por figuras políticas influentes, tanto na construção e apoio aos projetos, como em suas redes sociais, influenciando os que os seguem, Parlamentares como a Deputada Estadual Ana Campagnolo (PL-SC), o Senador Federal Magno Malta (PL-ES) e o Deputado Federal Marco Feliciano (PL-SP), são alguns dos exemplos utilizados neste trabalho, que demonstram como a ideologia identificada como “liberal na economia e conservadora nos costumes” é refletida na política brasileira.

Por meio da metodologia da Análise Textual-Discursiva, pode-se observar como seus discursos e concepções baseadas no cristianismo, tradicionalismo e anti-comunismo são propagados midiaticamente. Em meio a postagens a favor do porte de armas, defesa da família, apoio à direita brasileira, e mensagens religiosas, esses parlamentares, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, do ESP e admiradores de Olavo de Carvalho atacam de maneira constante as pautas defendidas por progressistas de esquerda. Dessa forma, a educação não ficou de fora destes ataques, sendo alvo de diversas falácias propagadas por eles, como a ideologia de gênero e a doutrinação marxista. Estes termos, utilizados de forma pejorativa não possuem nenhum respaldo acadêmico, porém fácil de ser compreendidos por seus destinatários.

Além desses termos utilizados como categoria analítica na ATD, no decorrer da pesquisa duas categorias analíticas emergentes foram identificadas: o “*Homeschooling*”: a Moral vem de casa” e as “Escola ‘cívico-militar’: do menor Estado à maior Disciplina”. Estas chamaram a atenção não por sua relevância e frequência no perfil dos parlamentares, mas sim por serem projetos aprovados ou discutidos no último governo e que colocam na prática a ideologia neoconservadora.

Desta forma, essas subcategorias serviram como ferramentas discursivas institucionais para a propagação de um ideal neoconservador, presente no discurso dos parlamentares que neste trabalho foram analisados. Deve-se mencionar, que este trabalho não teve a intencionalidade de esgotar e destrinchar as políticas educacionais de cunho conservador, nem fazer a análise de todos os discursos dos parlamentares, mas teve como objetivo realizar uma análise exploratória para compreender os caminhos adotados por eles para a manifestação de suas ideias.

Essa análise pode ser ampliada, a partir de um levantamento em períodos de tempo mais abrangentes e também em outras redes sociais, o que poderá ser realizado em trabalhos futuros. Ainda assim, como resultado do desenvolvimento deste trabalho, foi possível constatar como o discurso dos parlamentares exercem uma forte influência nas políticas educacionais, constituindo uma base da defesa de uma educação conservadora, que se mostra “liberal na economia e conservadora nos valores”. Com isso, pode-se planejar alternativas para reestruturação de um modelo de educação democrático e libertador que se contraponha à ferramentas de manipulação dos discursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BARROCO, Maria Lucia S. Lukács e a crítica do irracionalismo: elementos para uma crítica da barbárie contemporânea. In: DEL ROYO, Marcos. György Lukács e a emancipação humana. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_, Maria Lucia S. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 124: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social, 2015.

\_\_\_\_\_, Maria Lucia S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, (143), 12–21. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> .

\_\_\_\_\_. Decreto N° 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 2-3, 6 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

\_\_\_\_\_. Lei n° 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Portaria de Nº 1.071 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União: Seção: 1, Brasília, DF, n. 247, p. 167, 28 dez. 2020.

BEZERRA NETO, L.; SANTOS, F. R. Neoconservadorismo, movimentos sociais e educação no campo.

CARVALHO, Olavo de (2002). A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Terceira edição, revista e aumentada; online. (<http://www.olavodecarvalho.org/livros/neindex.htm>)

CASTELLO-BRANCO, J. T. Conservadorismo. In: J. C. ROSAS; A. R. FERREIRA (Orgs.). Ideologias políticas contemporâneas. Coimbra: Almedina, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. 2018. Discurso político. 2. ed. São Paulo: Contexto.

COUTINHO, João Pereira. (2018), “Olavo de Carvalho tem espada sarcástica, mas faz marxismo do avesso”. Folha de São Paulo, 14 dez.

CRUZ, S. V. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo. 2015.

CURY, C. R. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988.

DISTRITO FEDERAL. Governo Do Distrito Federal.. Regulamento Disciplinar. DF: Secretaria De Estado De Segurança Pública; Secretaria De Estado De Educação, 2019.

ECO, Umberto. Contra o fascismo. [S. l.]: Lumen, 2018. E-book.

FERNANDES, Luiz. 1995. “Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994.” Dados: 38:107-44.

FERREIRA, V. V. Fundamentos éticos da Educação: uma análise a partir do Movimento Escola Sem Partido. São Leopoldo: Mestrado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2019.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. Regimento escolar. Comando de ensino policial militar; Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás, 2018. Disponível em:

GRAMSCI, Antonio (2000 [1932-4]). Cadernos do cárcere, vol. 3. “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política”. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HIGH, Brandon, 2009. “The Recent Historiography of American Neoconservatism.” The Historical Journal 52(2):475-91.

- HUNTINGTON, Samuel. 1957. "Conservatism as an Ideology." *The American Political Science Review* 51:454-73.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017.
- MENDONÇA, E. F. Dossiê: Militarização das Escolas Públicas no Brasil: Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. *RBPAE - v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez. 2019*. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/96052/55497> .
- MIDDLEBROOK, K. J. *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2000.
- MISKOLCI, R. *Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- MOLL, Roberto. *Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-198)*
- MORAES, R. *Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva*. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211. 2003.
- \_\_\_\_\_, R.; GALIAZZI, M. do C. *Análise Textual Discursiva*. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.
- OLIVEIRA, A.; SILVEIRA, T. G. O ENEM e os direitos humanos: entre os avanços e retrocessos de uma agenda. *Estudos de Sociologia*, v. 12, n. 26, p. 209-233, 2020.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. 1989. "Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte." em *Ciências Sociais Hoje*, editado por Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, pp 104-32.
- RANIERI, N. B. S. (2017). O novo cenário jurisprudencial do direito à educação no Brasil: O ensino domiciliar e outros casos no Supremo Tribunal Federal. *Pro-Posições*, 28(2), 141-171. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-000>
- SCALA, J. *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*. 1ª Ed, São Paulo: Ed. Katechesis, 2011.
- SCOTT, J. *Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*. *Educação & Realidade*, p. 1–35, 1995.

\_\_\_\_\_, J. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1999.

SANTOS, R. MP pede ao TCU que suspenda reajuste de 73% em adicional a militares. Conjur. São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2020-jun-30/mp-tcu-suspenda-reajuste-73-adicional-militares#author> .

YANNOULAS, S.; AFONSO, S.; PINELLI, L. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. Debate Público: Reflexión de Trabajo Social, ano 11, n. 21, jul. 2021. Disponível em:

[http://trabajosocial.sociales.uba.ar/wpcontent/uploads/sites/13/2021/08/11\\_Yannoulas.pdf](http://trabajosocial.sociales.uba.ar/wpcontent/uploads/sites/13/2021/08/11_Yannoulas.pdf) .